



Texto para discussão

278

**Paz e guerra no
pensamento social na era
moderna: do militarismo ao
imperialismo**

Eduardo Barros Mariutti

Setembro 2016

Instituto de Economia
UNICAMP



Paz e guerra no pensamento social na era moderna: do militarismo ao imperialismo ¹

Eduardo Barros Mariutti

Resumo

Este artigo discute, com base nas formulações de Thomas Hobbes, Rousseau, Proudhon e Friedrich Engels o problema da guerra e da paz, tendo como referência o debate sobre o militarismo e o imperialismo capitalista.

Palavras chave: Militarismo; Imperialismo; Guerra.

Introdução

A constituição do sistema interestatal europeu no início da Era Moderna deflagrou uma acirrada discussão sobre os fundamentos da soberania. O problema era incontornável em um período onde os códigos de Honra da Idade Média – tanto na sua dimensão laica quanto espiritual – se mostraram incapazes de cimentar a ordem social em profunda transformação. A projeção do poder real criou uma nova forma de rivalidade, cuja expressão mais evidente era a noção de fronteira – isto é, um espaço geográfico formal – que tentava se impor sobre o mosaico de relações pessoais entrecruzadas que fundamentava o complexo sistema de copossessão e de autoridade parcelar típico da Idade Média. É fato que, para poder consolidar o poder sobre seus domínios, o Príncipe teve de conquistar as cidades autônomas e, simultaneamente, conter as guerras intestinas da nobreza. Mas esta façanha *intensificou* o conflito social, pois combinou as diversas revoltas populares com *guerras* cada vez mais frequentes entre exércitos organizados, onde a infantaria apoiada pela artilharia suplantou de vez a cavalaria, um dos pilares fundamentais do feudalismo. Em um cenário tão crítico, uma questão se impunha: é possível *recriar* alguma unidade política e espiritual na Europa? Ou, pelo contrário, a *causa* dos conflitos sangrentos - na dimensão laica e religiosa – reside exatamente na busca de uma unidade que nunca existiu de fato?

De um modo ou de outro, o intrincado pensamento social do início da era moderna tinha de lidar com essas questões. Embora fascinante, não é

(1) Este artigo é parte da minha tese de livre-docência que está em fase final de redação.

possível tratar com detalhes este tema aqui. Irei destacar apenas os elementos que se ligam de forma mais direta ao problema do imperialismo. O ponto de partida será o profundo impacto que a publicação de *The Leviathan* em 1651 causou sobre a natureza da relação entre a Paz e a Guerra no pensamento social moderno. Na sequência discutirei a posição de Rousseau, destacando a peculiaridade da sua concepção de Guerra e de Estado de Guerra e o modo como estas noções derivam do seu argumento mais radical: o caráter basilar da violência na consolidação e na dinâmica da sociedade. Deste prisma, passamos à análise do controverso e rico pensamento de Proudhon, destacando a sua originalidade. Por fim, encerraremos o artigo com as reflexões de Friedrich Engels sobre o nexa entre Guerra e Revolução.

Thomas Hobbes

Hobbes é um autor incontornável. A publicação de *The Leviathan* (1651) foi, em múltiplos sentidos, um verdadeiro divisor de águas. Por conta da contundência dos seus argumentos, particularmente a caracterização do hipotético Estado de Natureza, entre os séculos XVII e XVIII, quando começaram a se delinear os fundamentos do que hoje chamamos de ciências sociais, este livro ocupou o centro do debate intelectual europeu sobre as relações entre Guerra e Paz. Influência que se estendeu – embora com profundas transformações – no século XX e ainda hoje é muito intensa, particularmente no campo da política e relações internacionais. Mas é importante deixar bem claro que levarei em conta apenas os argumentos contidos em *The Leviathan* que estão diretamente relacionados com a questão da guerra e sua possível conexão com a polêmica sobre o militarismo e o imperialismo². Hobbes é um autor extremamente complexo, rico e controverso. Praticamente *todos* os aspectos do seu pensamento desembocam em intermináveis polêmicas. Evitarei entrar na maior parte delas, pois o que está em pauta aqui não é propriamente o pensamento de Hobbes, um tema que exigiria um trabalho específico, mas o *impacto* que o seu livro mais famoso causou sobre as formas de se pensar a paz e a guerra.

A importância de Hobbes reside primordialmente no *modo* como ele se opôs à tese clássica de que a sociabilidade humana é *natural*. O raciocínio não é nada trivial, e parte dele aparece logo no primeiro parágrafo da introdução do

(2) Não entrarei na polêmica se este livro realmente marca uma *ruptura* com relação aos seus estudos anteriores (*De Cive* em particular). Um tema importante, mas que nos desviaria desnecessariamente dos propósitos que norteiam este estudo.

livro. Vivemos, enquanto homens, *simultaneamente* em dois mundos, o mundo natural e um mundo “artificial”³. O primeiro mundo é regido por leis naturais que invariavelmente ordenam a natureza e o movimento dos *corpos*. Mas estas leis *não* modelam a sociedade e o homem. As leis humanas e a justiça pertencem ao *outro mundo*, o qual foi instituído pelos homens por *artifício*⁴:

For by art is created that great Leviathan called a Commonwealth, or State (in Latin, Civitas), which is but an artificial man, though of greater stature and strength than the natural, for whose protection and defense it was intended; and in which the sovereignty is an artificial soul, as giving life and motion to the whole body; the magistrates and other officers of judicature and execution, artificial joints; reward and punishment (by which fastened to the seat of the sovereignty, every joint and member is moved to perform his duty) are the nerves, that do the same in the body natural; the wealth and riches of all the particular members are the strength; salus populi (the people’s safety) its business; counsellors, by whom all things needful for it to know are suggested unto it, are the memory; equity and laws, an artificial reason and will; concord, health; sedition, sickness; and civil war, death. Lastly, the pacts and covenants, by which the parts of this body politic were at first made, set together, and united, resemble that fiat, or the Let us make man, pronounced by God in the Creation⁵.

Muitas implicações podem ser tiradas desta passagem,⁶ mas precisamos destacar apenas uma: se não existe uma ordem *normativa* pretérita e constitutiva da humanidade, *todos* os produtos da atividade humana são *artificiais*, inclusive – e especialmente – o Estado.

Mas, além disso, um segundo aspecto nos interessa mais de perto: a despeito desta proposição arrojada, mesmo no que diz respeito ao “mundo

(3) Sobre este aspecto do pensamento de Hobbes, ver Skinner, Quentin. *Hobbes and Republican Liberty*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2008, p. 126-127.

(4) Sobre o significado preciso de *art* e *artificial* no pensamento de Hobbes ver Oakeshott, Michael. *Hobbes on Civil Association*. Indianápolis: Liberty Fund, 2012, p. 27-29.

(5) Hobbes, Thomas. *Leviathan, or, The matter, form and power of a commonwealth ecclesiastical and civil*. New York: Simon & Schuster (Touchstone), 1997, p. 7.

(6) A figura do *Leviathan* descrito como um gigantesco homem artificial (essa imagem, inclusive, aparece como uma gravura no frontispício da edição original do livro), que combina no seu corpo diversas habilidades que os homens só podem dominar vivendo em sociedade é a mais destacada. Mas essa descrição é intrigante pois, como destacou Carl Schmitt, ela não corresponde às imagens mitológicas do Leviatã (predominantemente caracterizado como um monstro marinho). Cf. *The Leviathan in the State Theory of Thomas Hobbes: meaning and failure of a political symbol*. Westport & London: Greenwood Press, 1996, p. 17-19.

artificial” (i.é. social), Hobbes não rompeu totalmente com a noção de *lei natural*. O que torna distintivo o seu pensamento é o modo *parcial* com que ele propõe a ruptura. Dito de outro modo: a peculiaridade de Hobbes deriva do único aspecto que ele reteve da tradição jusnaturalista: se existe um “direito” natural do homem é o “direito” *individual* à autopreservação⁷. Portanto, o elemento singular – e explosivo – no pensamento de Hobbes é o modo como ele combina a afirmação desse “direito” com a *negação* de que existem valores éticos elevados, virtudes ou qualquer outro atributo *moral* absoluto, capaz de servir como critério ou ponto de referência para avaliar o que é justo e injusto na conduta humana. À primeira vista, o cenário é desolador, pois não há um *telos*: não existe o “bem em si mesmo”, ou nenhuma forma de felicidade que baste por si só e que, por conta destas características, possa servir como uma meta ou um ponto de culminação da história. Isto porque, como supostamente os homens são movidos “por um perpétuo e inesgotável desejo por poder após poder, que cessa apenas com a morte”⁸, a vida humana não passa de um *movimento incessante*, sem nenhum propósito. E, em seu julgamento, é exatamente a *ficção* de que existe um propósito que se encarna na “lei natural” que alimenta a sedição e os conflitos sangrentos que constantemente ameaçam a vida civil.

É por esta via que ele conseguiu formular um complexo – e aparentemente contraditório – argumento: a sociedade é, essencialmente, um produto artificial que, se por um lado não pode negar as leis naturais (isto é, as leis que regem os corpos físicos), por outro, é constituída e regulada por leis e um código de justiça próprias, que se consubstanciam na soberania. Isto é: a sociedade *engendra* as suas próprias leis que, portanto, não guardam *nenhuma* relação com princípios éticos absolutos. Mas ao adentrar neste terreno, Hobbes se aproxima perigosamente de posturas relativistas, as quais ele tentava combater⁹. Nem toda forma social é possível, pois existe um limite *universal* ao exercício da soberania: o soberano deve garantir a segurança – a vida – dos

(7) Cf. Joas, Hans; Knöbel, Wolfgang. *War in Social Thought: Hobbes to the present* Princeton & Oxford: Princeton U. Press, 2013, p. 17, 22.

(8) “So that in the first place, I put for a general inclination of all mankind a perpetual and restless desire of power after power, that ceases only in death. And the cause of this is not always that a man hopes for a more intensive delight than he has already attained to, or that he cannot be content with a moderate power, but because he cannot assure the power and means to live well, which he hath present, without the acquisition of more” (Hobbes, Thomas. *The Leviathan*, op. cit., p. 61).

(9) cf. Joas, Hans; Knöbel, Wolfgang. *War in Social...*, op. cit., p. 17-18.

súditos. E, para tentar sustentar esta posição, ele dá um passo realmente fundamental na argumentação, ao afirmar que *todos* os homens são, no limite, igualmente vulneráveis à violência dos seus semelhantes:

Nature hath made men so equal in the faculties of body and mind as that, though there be found one man sometimes manifestly stronger in body or of quicker mind than another, yet when all is reckoned together the difference between man and man is not so considerable as that one man can thereupon claim to himself any benefit to which another may not pretend as well as he. For as to the strength of body, the weakest has strength enough to kill the strongest, either by secret machination or by confederacy with others that are in the same danger with himself¹⁰.

Os mais fortes precisam dormir, ficam doentes, se distraem e, portanto, podem ser mortos pelos mais fracos ou por uma *combinação* formada por outros homens. O mesmo ocorre com os mais engenhosos: *individualmente*, a sua inteligência e sagacidade não pode protegê-los dos ataques de outros indivíduos ou de pequenos grupos.

Este é o ponto basilar de todo o constructo teórico hobbesiano: por serem todos *mortais*, não existe “naturalmente” uma grande *assimetria* entre os homens. Na realidade, como argutamente notou Dustin Ells Howes, o argumento de Hobbes é bastante sofisticado: o *corpo* do homem é *simultaneamente* vulnerável e apto a matar. É precisamente a *reunião* destas duas características que gera um tipo muito peculiar de violência entre os homens: a capacidade individual de destruir e ser destruído por outro indivíduo¹¹. Dada esta característica e como supostamente todos os homens perseguem incessantemente os seus interesses imediatos usando potencialmente *qualquer* meio à sua disposição, sem a presença de um poder centralizado não se pode esperar nenhuma das sofisticações da vida civilizada: a todo momento a sombra de uma morte violenta paira sobre os homens, inviabilizando a estabilidade das posses e a manutenção de qualquer acordo capaz de consolidar uma trama genuinamente social.

É a partir desta alegada característica humana que Hobbes define o Estado de Natureza como *um Estado de Guerra incessante*:

(10) Thomas Hobbes. *The Leviathan*, op. cit., p. 76.

(11) cf. *Toward a Credible Pacifism; violence and the possibilities of politics*. Albany: Suny, 2009, p. 4, 15-16, 27, 35.

Hereby it is manifest that during the time men live without a common power to keep them all in awe, they are in that condition which is called war; and such a war as is of every man against every man. For war consist not in battle only, or the act of fighting, but in a tract of time, wherein the will to contend by battle is sufficiently known: and therefore the notion of time is to be considered in the nature of war, as it is in the nature of weather. For as the nature of foul weather lie not in a shower or two of rain, but in an inclination thereto of many days together: so the nature of war consist not in actual fighting, but in the known disposition thereto during all the time there is no assurance to the contrary. All other time is peace¹².

Esta passagem – bastante famosa (e polêmica) – resume bem os contornos básicos da caracterização do Estado de Natureza: uma situação de guerra iminente, onde todos os homens estão a todo tempo sob a ameaça da morte violenta.

É daqui que, extrapolando o pensamento de Hobbes, se costuma partir para pensar a questão da guerra e da paz. É exatamente a vulnerabilidade recíproca – a *simetria de poder* típica dos seres mortais – que impede que, entre os homens, surja *automaticamente* um mecanismo de contenção da violência centrado na *dissuasão* tal como, supostamente, ocorre *entre* os Estados. O foco de Hobbes nunca foi este: a sua preocupação imediata era, particularmente por conta da Guerra Civil na Inglaterra, compreender os fundamentos da ordem social *dentro* de uma soberania já constituída, embora sob forte ameaça. Ele, de fato, afirma que constituição do (s) Estado (s) *desloca* o tipo de violência característico do Estado de natureza para o plano interestatal. Mas é exatamente aí que reside um problema que Hobbes não levou diretamente em consideração: o que impede que a rivalidade entre os Estados produza incessantes guerras gerais capazes de destruir *todas* as civilizações?

Stanley Hoffman dá uma primeira pista de como, dentro do próprio horizonte das formulações de Hobbes, podemos tentar encontrar uma saída para essa questão:

Here is the key of the paradox: in the international competition, it is the state itself a which serves as a cushion. Even though, in the absence of constraining power, international politics is not a state of peace, even though it is a condition in which the nasty features of human nature (repressed, within civil society, by the setting up of the Leviathan) can, so to speak, re-emerge at their worst, nevertheless the international state

(12) Thomas Hobbes. *The Leviathan*, op. cit., p. 77-78.

*of war is bearable. It is the intolerable aspect of the "individual" state of war which drives men to sacrifice their 'right of nature' so as to preserve their existence; but there are two reasons which make the international state of nature less atrocious. First, states are stronger than men in the state of nature: their "security dilemma," their fear of annihilation, is less pressing. Secondly, the very existence of the state is a guarantee for the security of the citizens: no man is safe in the state of nature, whereas interstate war does not affect the daily lives of all men*¹³.

Portanto, embora Hobbes não tenha desenvolvido suficientemente esta dimensão do problema, pelos motivos acima descritos, ele dá diversas indicações de que o domínio interestatal é *análogo* ao Estado de Natureza, mas não idêntico: ao contrário do Estado de Natureza e das guerras civis, este domínio é, a rigor, uma zona de pura exterioridade *precisamente* por ser caracterizado pelo relacionamento *entre Estados*, entidades artificiais e *soberanas* que, portanto, *não* são vulneráveis como o corpo dos humanos¹⁴.

Este mesmo ponto é também ressaltado de forma elegante e precisa por Carl Schmitt que, entretanto, destaca uma outra importante implicação do pensamento hobbesiano:

The state derives its esteem and dignity from its organized inclusiveness and the calculability with which it functions rationally as a mechanism of command. From this follows the question of the just war, for such an

(13) "Rousseau on War and Peace". *The American Political Science Review*, v. 57, n. 2, p. 320, 1963.

(14) De forma um pouco atrapalhada, Hans Joas e Wolfgang Knöbel insistem na importância do problema: "*The consequences of interstate conflicts constitute a new threat to the security of the individual citizen, partially removing the rationale for a strong state, namely the dangers of civil war – if we assume that there might be less risk of conflicts between weak states. Hobbes's own response to this problem – in other words, to the fact that his preferred means of overcoming the state of nature within a given society actually brings about the state of nature between states – was not entirely consistent. By no means did he disregard the fact of war between states. He used this fact as much more than mere metaphor, namely as empirical evidence that the state of nature he had described was a real world problem rather than merely a fictitious hypothesis. But while he brought out the explosive domestic significance of this problem like no one before him, he tended to play it down at the intersocietal level, though it must be conceded that for Hobbes interstate behavior certainly ought to obey certain rules*" (*War and...*, op. cit., p. 18). O problema com esta passagem está no trecho: "*if we assume that there might be less risk of conflicts between weak states*". A observação dos dois autores se sustenta mesmo sem essa suposição. E a suposição é descabida: a tradição dita "hobbesiana" na política internacional enfatiza exatamente o contrário: o conflito é *endêmico* entre os Estados mais fracos, especialmente os que não despertam nenhum interesse geopolítico: neste último caso, a guerra com os vizinhos e a guerra civil é uma presença constante.

*interstate war is just as incommensurable as the question of just resistance within the state. In contrast to religious, civil, and factional wars, wars between states cannot be measured with the yardsticks of truth and justice. War between states is neither just and unjust; it is an affair of state and as such does not have to be just. Ordo hoc non includit. The state has its order in, not outside, itself. What is therefore essential to international law, which governs relations between states, is law that does not distinguish between just and unjust, a nondiscriminating concept of war. War between states derives its dignity and its honor and hence also its right from the fact that states wage wars only against states and that only states can face one another as enemies*¹⁵.

Logo, a rivalidade típica do sistema interestatal é tolerável *pelo fato de estar além do problema da moral e da guerra justa*. Ela envolve apenas estruturas organizadas de comando que, no limite, só podem se reconhecer reciprocamente como fontes exclusivas de soberania.

Este problema, contudo, não foi o centro das críticas à Hobbes feitas pelos grandes pensadores que vieram imediatamente depois dele. Como se sabe, Montesquieu e Rousseau preferiram iniciar a crítica partindo dos problemas lógicos inerentes ao modo como Hobbes concebeu o Estado de Natureza. Ambos fazem uma crítica similar em um aspecto: o homem natural proposto por Hobbes não é efetivamente natural, na exata medida em que ele apresenta características derivadas da vida em sociedade, *sem que existam os constrangimentos e os demais atributos da vida social*¹⁶. A rigor, a crítica não incide exatamente no próprio *artifício intelectual* de imaginar os homens fora da sociedade para, abstratamente, tirar conclusões sobre a peculiaridade da vida social, mas sim no modo impreciso com que Hobbes o executou. E, por conta desta imprecisão na própria origem do raciocínio, as suas *implicações* sobre a percepção da dinâmica da vida social podem ser frontalmente questionadas.

Uma segunda linha de críticas, que é compatível com a anterior, enfatiza o *caráter unilateral* do argumento proposto por Hobbes. De fato, entre pessoas ou grupos sociais totalmente estranhos, que não compartilham a princípio nenhum sistema de identidade e de comunicação, quando postos em contato, podem “entender” imediatamente a “linguagem” da violência. O espirituoso David Graeber destaca este ponto com a sua costumeira clareza.

(15) *The Leviathan in the state theory...*, op. cit., p. 47-48.

(16) Cf. Rousseau, Jean-Jacques. Discourse on the Origin and the foundations of inequality among men in: Scott, John T. (Org.). *The Major Political Writings of Jean-Jacques Rousseau*. London & Chicago: The University of Chicago Press, 2012, p. 224-226.

Pensando sobre as formas possíveis de contato entre povos totalmente estranhos, ele argumenta:

The first is probably violence. Violence is veritably unique among forms of action because it is pretty much the only way one can have relatively predictable effects on others' actions without understanding anything about them. In any other way one might wish to influence others, one has to at least know or figure out who they think they are, what they want, find objectionable, etc. Hit them over the head hard enough, it all becomes irrelevant. Hence it is common to relations between societies, even those not marked by elaborate structural violence within¹⁷.

Afinal, a guerra – entendida em sentido lato – é frequente entre povos totalmente estranhos.

Mas esta não é a *única* possibilidade. A troca é outro tipo de relação possível entre povos muito distintos. Mesmo sem entender praticamente nada do sistema de valores, da visão de mundo e mesmo a linguagem do outro, não é infrequente na história o estabelecimento de relações comerciais entre povos muito diversos, que não possuem outra forma de contato além do intercâmbio de alguns produtos. Contra Hobbes, por exemplo, este tipo de argumento foi defendido no século XVIII por Montesquieu¹⁸ e por Kant, cada um a seu modo. Porém, a despeito da sofisticação e da relevância destas duas intervenções, elas esbarram em dois problemas importantes. O mais evidente é a falácia de se identificar o comércio com a paz, seja este entendido como a emanção de uma

(17) “Turning Modes of Production Inside Out: Or, Why Capitalism is a Transformation of Slavery” *Critique of Anthropology*, v. 26, n. 61, p. 76, 2006.

(18) “*The Spirit of Laws* contains a brilliant defense of trade of much significance to the politics of peace and to sociology (...) And Montesquieu does in fact ascribe to trade two astonishing effects), the first of which is unintentional and tends to operate gradually and imperceptibly. The laws of trade eliminate prejudices—as traders come into contact with one another—and calm and “perfect mores”, because the spirit of trade awakens the “feeling for exact justice”. To put it a little differently, for Montesquieu trade has a civilizing effect and *unconsciously* strengthens the peaceful impulses of individuals and peoples. But trade also has peaceful implications for human coexistence—and this might be described as Montesquieu’s second, basically *utilitarian* argument for the expansion of trade – because two peoples that trade with one another become dependent on one another, and thus recognize that trade is in their own best interest. They will therefore take care not to wage war on one another. Here, then, peace is the result of a safeguarding of interests on both sides. In light of this – if one or even both of these arguments were taken seriously – it was possible to imagine a time in which all armed conflict would have disappeared through the expansion of trade. Such expansion could then even be promoted as *the* key means of establishing peace.” Hans JOAS & Wolfgang KNÖBEL *War and...* op cit. p. 24

propensão “natural” à troca ou como uma força civilizacional (como era o caso particular de Montesquieu). A violência contra a natureza e o homem – a sua conversão à forma mercadoria – não somente foi a matriz do mercado *capitalista*, bem como ainda atua como o seu guardião. Com raríssimas exceções (como, por exemplo, o improvável e marginal *silent trade*, popularizado por Polanyi), as trocas entre povos distintos geralmente ocorriam sob grande tensão, à “sombra da guerra”, por assim dizer.¹⁹ O segundo problema é que essa oposição *não supera o terreno inaugurado por Hobbes*. Como se o “natural” fosse o autointeresse e a violência e os comportamentos altruístas fossem uma exceção ou uma forma velada de autointeresse. Isso levou o debate para uma via tortuosa, onde ficou preso a duas modalidades principais de oposições binárias: autointeresse versus altruísmo e guerra versus comércio. Contudo, Rousseau, Proudhon e a dupla Marx e Engels, cada um a seu modo, fizeram um esforço gigantesco para tentar formular o problema em outras bases. É o que veremos agora.

Rousseau

Nem sempre se destaca com a clareza necessária um aspecto central do pensamento de Rousseau: a constatação de que a guerra é uma das vigas centrais da sociedade em que ele vivia (e que vivemos).²⁰ Por conta disto, a sua

(19) E, mesmo que esse este tipo de comércio realmente tenha existido é o temor da violência que provavelmente explica esse formato: parecer ser o medo de que o mais forte derrote o mais fraco, ou que as negociações derivem para um conflito aberto é que faz com que todo o procedimento se processe sem que exista interação direta entre os envolvidos na troca? Caroline Humprey e Stephen Hugh-Jones enxergam deste modo este procedimento: “As Woodburn (n.d.) has shown, where there is fear, hostility or status inequality between the parties involved, and where such values involve the stigmatization of one of the parties, silent trade may result. Here, the avoidance of face-to face contact may also be a device to maintain the autonomy of weaker, stigmatized groups, such as hunter-gatherers, with respect to their settled neighbours, by reducing the relationship that trade implies to an absolute minimum.” “Introduction: Barter, Exchange and Value” in: *Barter, Exchange and Value: an anthropological approach* Cambridge: Cambridge U. Press, 2012 P. 10

(20) Nesse sentido, como notou argutamente Ernst Cassirer em um livro clássico, Rousseau estava na contramão da percepção geral (dos eruditos) do seu tempo: “O século XVIII repousa – em sua literatura, bem como em sua filosofia e sua ciência – num mundo da forma fixo e pronto. Neste mundo, se encontra fundamentada a realidade das coisas e o valor delas determinado e assegurado. O século se alegra com a sua delimitação segura; ele considera a capacidade para tal determinação e delimitação ao mesmo tempo como a mais elevada força subjetiva do homem, como a potência fundamental da própria ‘razão’. Rousseau é o primeiro pensador que não somente questiona essa segurança, mas também a abala em seus alicerces.” *A Questão Jean-Jaques Rousseau* São Paulo: Unesp, 1999 p. 38

posição é até mais radical do que a de Hobbes, a quem ele se contrapõe frontalmente. Sua crítica à concepção hobbesiana de Estado de Natureza, a qual já foi mencionada rapidamente, deixa isto bem claro. O problema central desta visão para Rousseau não reside apenas na concepção de natureza humana em que ela se baseia, mas, também, na forma *imprecisa e vaga* que Hobbes entende o termo “Guerra”. Indivíduos (ou pequenos grupos) não podem entrar em *guerra* uns contra os outros. Isto aparece claramente em duas passagens decisivas:

*Men are not naturally enemies if only because when they live in their primitive independence they do not have a stable enough relationship among themselves to constitute either a state of peace or a state of war. It is the relationship between things and not between men that constitutes war, and since the state of war cannot arise from simple personal relations but only from property relations, private war, or war between one man and another, can exist neither in the state of nature, where there is no stable property, nor in the social state, where everything is under the authority of the laws*²¹.

E, um pouco mais a frente:

*War is therefore not a relation between one man and another, but a relation between one state and another, in which private individuals are enemies only by accident—not as men, nor even as Citizens, but as soldiers; not as members of the fatherland, but as its defenders. Finally, each state can have as enemies only other states and not men, inasmuch as no true relationship can be established between things of different natures*²².

O ponto aqui é claro. Supondo que exista um Estado de Natureza, por conta do caráter intermitente e ocasional dos contatos entre os homens, não existe nenhuma trama social forte o suficiente para produzir um conflito social generalizado. O eventual encontro violento entre indivíduos nesta condição – como, por exemplo, dois homens famintos *sem alternativas* disputando a mesma caça – *não pode ser considerado como um confronto militar*. A luta entre indivíduos e a guerra são formas muito distintas de violência e, portanto, devem ser tratadas de forma diferente.

O ponto de Rousseau é que a guerra é uma forma *extrema* de conflito violento exatamente porque opõe *Estados* e não indivíduos. Nisto, ele se afasta

(21) Jean Jacques Rousseau *The Social Contract* in: John T. Scott (org.) *The Major...*, op. cit., p. 368 (grifo meu).

(22) *Ibid*, p. 369.

definitivamente de Hobbes. A diferença também é nítida no modo como Rousseau distingue “Guerra” de “Estado de Guerra”. A Guerra é um ato social que envolve necessariamente intenção e *reciprocidade*:

*I say then that war between two Powers is the **result** of a settled intention, manifested on both sides, to destroy the enemy State, or at least to weaken it by all means at their disposal. The carrying of this intention into act is war, strictly so called so long as it does not take shape in act, it is only a state of war²³.*

Portanto, se o agredido não for *capaz* de responder nos mesmos termos (ou se, voluntariamente, preferir dar a outra face), não se trata de *guerra*, mas de outra forma *unilateral* organizada de violência (pilhagem, extermínio etc.).²⁴ Mas, ao progredir nas suas incursões, em algum momento o agressor encontrará uma resistência organizada e, a partir deste momento, o conflito continuará em um nível ainda mais intenso. Portanto, para Rousseau, os sistemas de Estado só podem conhecer o que posteriormente os entusiastas das relações internacionais definiram como “paz negativa”.

Até aqui o raciocínio parece similar ao construído por Hobbes, quando ele faz alusão às relações interestatais. Mas a similitude é apenas aparente, pois Rousseau tira implicações radicalmente diferentes:

The first thing I notice in looking at the *state of mankind* is a palpable contradiction which makes all stability impossible. As individuals, we live in the civil state, under the control of the Law; as nations, each is in the state of nature. **And it is this which makes our position worse than if such distinctions were unknown.** For, living as we do at once in the civil order and in the state of nature, **we find ourselves exposed to the**

(23) J.J. Rousseau *The State of War*. London: Constable and Company Ltd, 1917 p. 121 (grifo meu). Em outra ocasião, Rousseau apresenta um raciocínio similar, mas de forma muito ambígua: ““If I wanted to get to the bottom of the notion of the *state of war*, I would easily show that it could only arise from the free choice of the belligerents, that if one attacked and the other chose not to defend himself there is only violence and aggression.” Jean-Jacques ROUSSEAU “Fragments on War” in: Stanley Hoffman & David Fidler (orgs.), *Rousseau on International Relations*. Oxford: Clarendon Press, 1991 p. 50.

(24) Aqui há uma evidente antecipação de um elemento desenvolvido por Clausewitz: “War, however, is not the action of a living force upon a lifeless mass (total nonresistance would be no war at all) but always the collision of two living forces. The ultimate aim of waging war, as formulated here, must be taken as applying to both sides. Once again, there is interaction. So long as I have not overthrown my opponent I am bound to fear he may overthrow me. Thus I am not in control: he dictates to me as much as I dictate to him.” *On War* Oxford: Oxford U. Press, 2007 p. 15-6

*evils of both conditions, without winning the security we need in either.*²⁵

Não há estabilidade possível em uma condição híbrida (*ystème mixte*) como esta, pois estamos expostos aos aspectos negativos das duas dimensões, ao mesmo tempo em que não podemos usufruir das suas respectivas vantagens (i.é. a “liberdade” do Estado de Natureza e a segurança do Estado Civil). De forma sintética: a construção do Estado *não* resolve o problema da segurança e, simultaneamente, reforça o problema da Guerra e da Tirania. Rousseau acaba estabelecendo uma determinação circular: a ameaça da guerra é um indutor e uma ótima desculpa para legitimar governos despóticos. Quanto mais discricionários os governos, maior a probabilidade de recorrer à guerra para perseguir os objetivos particulares da camada dominante.

A posição de Rousseau é, portanto, claramente distinta da de Hobbes. Em primeiro lugar, não faz sentido falar em *guerra* no hipotético Estado de Natureza pois, como vimos, este tipo de relação só é possível entre entidades sociais. Mas a diferença aparece com mais clareza e radicalidade em outro aspecto. Para Rousseau é precisamente a criação do (s) Estado (s) – um ato *violento* – que generaliza a tendência à escalada dos conflitos militares. Este aspecto é importante e exige elaboração. A diferença entre os dois *não* reside na tese de que a propensão à Guerra é intrínseca a qualquer sistema de Estados e, portanto, não pode ser evitada permanentemente. De certo modo, Hobbes acreditava também nisto, mas como vimos, ele imaginava que os conflitos internacionais não eram capazes de constituir uma ameaça fundamental a *todas* as sociedades envolvidas, pois, em última instância, os Estados acabam criando um sistema de constrangimento mútuo (dissuasão). Rousseau, pelo contrário, pinta um quadro muito mais tenebroso: a tendência é a *escalada* dos conflitos militares. Cada preparativo para a “paz” ou para a defesa, simplesmente tende a criar os elementos que irão deflagrar um conflito em escala e intensidade maior, a não ser que ocorram mudanças radicais no ordenamento *das sociedades*. Foi exatamente por conta desta percepção que ele se sentiu compelido a buscar saídas radicais.

Aqui reside outra diferença importante. Como foi apontando, Hobbes sugere que a distribuição assimétrica de poder entre os Estados é que garante a possibilidade de alguma ordem nas relações interestatais. Para Rousseau é o contrário: a assimetria de poder entre os Estados *maximiza os conflitos*. Em

(25) Ibid, p. 126-7 (grifo meu). É importante notar que Rousseau não questiona a tese de que podemos conceber as relações entre as nações como pertencentes ao “Estado de Natureza”.

primeiro lugar, para ele, o Estado é fundado na violência organizada e, portanto, *intensifica os seus efeitos*. Pilhagens assistemáticas, hordas invasoras e espasmos de violência operam em uma escala e em uma intensidade muito menor do que a guerra ou aos mecanismos de repressão internos aos Estados. Além disso, como a formação e a disseminação da organização social com base no Estado opera como uma espécie de reação em cadeia,²⁶ *não há um limite* para que um Estado se considere poderoso o suficiente para parar de acumular meios de violência: a tendência é que o poder de destruição aumente incessantemente. A própria existência de um Estado muito poderoso é uma ameaça a paz: os demais Estados vão tentar aumentar individualmente o seu poder para tentar enfrentá-lo ou, alternativamente, podem criar coalizões. E, para um Estado poderoso, um vizinho mais fraco pode ser percebido como uma presa fácil.

O fato é que Rousseau não recusa apenas a saída centrada na dissuasão, tal como podemos deduzir da posição de Hobbes, mas também rejeita radicalmente a tese de que o comércio (na linha de Montesquieu)²⁷ ou a interdependência (argumento típico dos utilitaristas) poderia consolidar a paz. No primeiro caso a sua posição é bastante clara: por despertar e instigar a luxúria e a desigualdade, o desenvolvimento do comércio *acirra* a tendência aos conflitos sociais violentos e, particularmente, à guerra. Isto porque, para Rousseau, a criação do Estado – e de toda a violência que ele cristaliza – é uma resposta dos ricos e poderosos para tentar preservar sua riqueza e poder.²⁸ Ou, para dizer o mesmo de outro modo: a consolidação de um sistema legal amparado em última instância na violência organizada é um dos principais artifícios dos poderosos para estabilizar seu domínio e garantir a usurpação de uma maioria por uma minoria. É exatamente este tipo de sistema legal que estabiliza a propriedade que torna possível a generalização do comércio.²⁹ Logo,

(26) Cf. Stanley Hoffmann “Rousseau on War and Peace” *The American Political Science Review*, v. 57, n. 2, p. 322, 1963.

(27) cf. *ibid*, p. 318-9.

(28) Qualquer “ordem social” é centrada essencialmente na coação direta ou em algum outro tipo de repressão indireta. Rousseau ficou conhecido – e odiado – pela tese de que os sistemas legais devem ser entendidos *essencialmente* como sistemas de dominação, isto é, o código legal não passa de uma espécie de *pacto* entre as minorias para exercer de forma mais segura e estável a sua dominação

(29) Esse é o ponto interessante e perspicaz do seu argumento. O comércio voluntário estabelecido entre povos distantes envolve apenas os excedentes. A intensificação do comércio para além deste limiar exige transformações no interior das sociedades envolvidas, que precisam reduzir ou eliminar os setores autárquicos e, ao mesmo tempo, criar algum tipo de propriedade que, em última instância, repousa na violência e na desigualdade.

o alargamento das relações mercantis requer e, ao mesmo tempo, tende a favorecer o incremento e a sofisticação dos mecanismos de dominação política.

Quanto à interdependência, a sua posição é um pouco mais complexa. O tema aparece de forma mais direta em *A Lasting Peace Through the Federation of Europe*. Mesmo que todos os Estados conseguissem desenvolver mecanismos internos aptos a expressar vontade geral do seu povo, do ponto de vista do *conjunto*, cada um deles expressa um interesse *particular*:

*All the Powers of Europe have rights, or claims, as against each other. These rights are, from the nature of the case, incapable of ever being finally adjusted, because there is no common and unvarying standard for judging of their merits and because they are often based upon facts which are either disputed or of doubtful interpretation*³⁰.

Logo, neste plano, como não há uma autoridade ou instituição capaz de ordenar as particularidades, a sombra da Guerra é uma ameaça constante. É exatamente por isto que a elevação do contato entre os Estados e a interdependência surge como um elemento indutor dos conflitos militares:

*Every community without laws and without rulers, every union formed and maintained by nothing better than chance, must inevitably fall into quarrels and dissensions at the first change that comes about. The historic union of the nations of Europe has entangled their rights and interests in a thousand complications; they touch each other at so many points that no one of them can move without giving a jar to all the rest; their variances are all the more deadly, as their ties are more closely woven; their frequent quarrels are almost savage as civil wars*³¹.

A situação é, portanto, de um constante *Estado de Guerra*, onde os tratados devem ser entendidos como *tréguas temporárias* e nunca são efetivamente decididos *em comum acordo pelo conjunto dos Estados*.³² O ponto

(30) J.J. Rousseau *A Lasting Peace Through the Federation of Europe*. London: Constabile and Company Ltd, 1917 p. 74.

(31) *Ibid*, p. 47 (grifo meu).

(32) “Let us admit then that the Powers of Europe stand to each other strictly in a state of war, and that all the separate treaties between them are in the nature rather of a temporary truce than a real Peace: whether because such treaties are seldom guaranteed by any except the contracting parties; or because the respective rights of those parties are never thoroughly determined and are therefore bound – they, or the claims which pass for rights in the eyes of Powers who recognize no earthly superior – to give rise to fresh wars as soon as a change of circumstances shall have given fresh strength to the claimants.” *Ibid*, p. 47.

é que, no final das contas, levando o pensamento de Rousseau às últimas consequências, *uma paz duradoura é impossível*.

Essa visão extremamente pessimista colide frontalmente com a percepção geral sobre a obra de Rousseau, frequentemente tomado como um idealista ingênuo. Kenneth Waltz, em um brilhante livro publicado originalmente em 1959 já havia atacado de forma convincente esta caricatura:

*Rousseau, among many who could be mentioned, makes a clean break with the view that, man being a social animal, one can explain his behavior in society by pointing to his animal passion and/or his human reason. Man is born and in his natural condition remains neither good nor bad. It is society that is the degrading force in men's lives, but it is the moralizing agency as well. And this latter effect Rousseau was unwilling to surrender even had he thought it possible for men to retreat to the state of nature. This is his position, consistently reflected in his various works, though the myth persists that he believed the savage noble and lamented the advent of society*³³.

E, exatamente por conta desta percepção, Rousseau abriu o caminho para repensar radicalmente o problema da Guerra:

*Rousseau himself finds the major causes of war neither in men nor in states but in the state system itself. Of men in a state of nature, he had pointed out that one man cannot begin to behave decently unless he has some assurance that others will not be able to ruin him. This thought Rousseau develops and applies to states existing in a condition of anarchy in his fragmentary essay on 'The State of War' and in his commentaries on the works of the Abbé de Saint-Pierre. Though a state may want to remain at peace, it may have to consider undertaking a preventive war; for if it does not strike when the moment is favorable it may be struck later when the advantage has shifted to the other side*³⁴.

(33) Kenneth Waltz *Man, The State and War*. New York: Columbia U. Press, 2001 p. 4-5. (grifo meu). Ver também a página 165 e seguintes.

(34) *Ibid*, p. 6-7. Curiosamente, um dos mais finos autores “realistas” contemporâneos (que tristemente faleceu em 2013) partiu explicitamente de Rousseau – e não de Hobbes – para construir a sua famosa teoria sobre a política internacional. O que Waltz fez foi, essencialmente, formalizar um dos componentes básicos do pensamento de Rousseau, isto é, as implicações sociais e morais de um sistema anárquico sobre a conduta humana, particularmente no que diz respeito à Guerra para definir em que plano residem as suas causas permissivas: o plano do *sistema interestatal*. Por mais importante que isto tenha representado para a política internacional, esse objetivo não é suficiente para os propósitos deste estudo.

A tendência de *qualquer* sistema interestatal é uma espiral de violência crescente. Mesmo quando todas as unidades do sistema acreditam que buscam a paz, as medidas tomadas para se defender podem ser percebidas pelos demais como uma ameaça. O resultado é a crescente organização e intensificação da violência *dentro* e entre as diversas sociedades.

Proudhon

Pierre-Joseph Proudhon é um gigante que costuma ser menosprezado. Todo o seu complexo – e controverso – pensamento está fundamentado em uma reflexão sobre a violência e a guerra como uma instituição basilar da sociedade. E, além disto, foi ele quem cunhou a expressão “*militarisme*,”³⁵ atribuindo ao termo um sentido muito próximo ao atual. A industrialização da guerra forjou um *vínculo* entre os interesses dos militares, da alta cúpula da administração estatal e de outros setores organizados e poderosos da sociedade que gerava uma espécie de mecanismo de retroalimentação: a crescente integração da indústria às forças armadas nacionais aumenta a capacidade de destruição do Estado, fato que estimula a rivalidade interestatal. Esta pressão forceja e legitima a generalização da lógica da conquista (ou da dissuasão) entre o conjunto dos Estados, fato que, na prática, faz com que praticamente todas as atividades sociais relevantes passem a ser direta ou indiretamente controladas pelo Estado. Deste modo, o clima de rivalidade, ao atuar interna e externamente, suprime qualquer possibilidade ou vestígio de democracia efetiva.³⁶ A expressão *militarismo* foi criada por Proudhon para abarcar este conjunto complexo e imbricado de fenômenos.³⁷

No entanto, o que realmente marca a singularidade do seu pensamento é o modo como ele pensa o problema da anarquia:³⁸ não simplesmente como um tipo de ordem sem um poder central, mas como um princípio

(35) Cf Volker R. Berghahn. *Militarism: The History of an International Debate 1861-1979*. New York: Cambridge University Press, 1984 p.1

(36) cf. Alex Prichard Justice, *Order and Anarchy: the international political theory of Pierre-Joseph Proudhon* London & New York: 2013 p. 30, 73 e 131

(37) Neste sentido, além de antecipar os termos gerais, a análise de Proudhon é muito mais incisiva do que as interpretações dos autores envolvidos no debate que derivou dos artigos de Harold D. Lasswell e culminou nas denúncias de Eisenhower sobre o “complexo industrial militar”.

(38) A sua primeira referência de Proudhon ao termo anarquia ocorre em 1840 cf. *What is Property? An Inquiry to the principle of Right and of Government*. New York: Dover Publications, 1970 p. 277.

elementar de organização da vida social. É por esta via que será aqui analisado o tema das relações entre Guerra, Paz e o militarismo em Proudhon. Antes, porém, é necessário polir algumas arestas. Em primeiro lugar, a noção proudhoniana de mutualismo³⁹ – um *novo tipo de sociedade federalista*, espontânea e descentralizada de assistência mútua entre indivíduos e pequenas unidades autárquicas – *não tem nada que ver com o conceito de interdependência* tal como ele era usado no pensamento liberal do século XIX. Também não há *nenhuma* relação de identidade entre o mutualismo e a concepção contemporânea de interdependência que escora o moribundo conceito liberal de globalização. À primeira vista, há uma ligeira semelhança, mas ela não resiste a uma análise mais atenta. Por dois motivos. O debate atual sobre a globalização tende a confundir propositalmente *dois* conceitos de interdependência e nenhum deles é compatível com o mutualismo. Para o leitor mais ligeiro, o mutualismo pode ser associado à noção de interdependência *simétrica*, tal como ela foi definida por Nye e Keohane em um livro que se tornou a principal referência no assunto:⁴⁰ isto é, um *sistema* onde as unidades dependem umas das outras na mesma proporção e não podem sobreviver de forma independente. Logo, a interdependência simétrica é assumidamente *estática* e fundada na negação da política, dado que sistemas efetivamente integrados funcionalmente só operam mediante a harmonia automática entre as suas partes constituintes. E Proudhon caracteriza o mutualismo como um *princípio* essencialmente dinâmico, sujeito a múltiplas transformações, *mas que assegura a autonomia das suas partes constituintes*. Elas não estão, portanto, *integradas*.

(39) Há muita polêmica em torno deste termo, bastante infeliz na realidade. O termo *mutualité* foi usado originalmente já no século XVIII por Condorcet para designar as associações mútuas dos trabalhadores para se protegerem das fases de declínio econômico. Charles Fourier chegou a usar o mesmo termo na década de 1820. Muitos dos seus discípulos eram ativos em Lyon, onde uma sociedade secreta de trabalhadores do setor têxtil foi criada na década de 1830, que se autodenominava “os mutualistas”. Proudhon visitou a cidade em 1843, onde teve contato com tais iniciativas e provavelmente com essa expressão. Em 1846, em *Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*, ele emprega a expressão “mutualismo” para descrever a sua própria concepção de organização revolucionária e, desde então, o termo ficou associado ao seu nome. Cf. Peter Lamb *Historical Dictionary of Socialism* Lanhan: Rowman & Littlefield, 2016 p. 325. Ver também Ian McKay “Laying the Foundations: Proudhon’s contribution to anarchist economics” in: Deric Shannon; Anthony J. Nocella & John Asimakopoulos (orgs.) *The Accumulation of Freedom: writings on Anarchist Economics* Oakland: AK Press, 2012 p. 68.

(40) Cf. Joseph NYE & Robert KEOHANE *Power and interdependence*. New York: Harper Collins, 1989 [ed original 1977]

Além disso, mesmo o mais pitoresco *globaloney* usa a imagem da interdependência simétrica apenas de forma retórica pois, concretamente, todo o edifício conceitual da “teoria” da globalização repousa em outra variante, a interdependência *assimétrica*, na qual a barganha e os jogos de poder ocorrem a todo momento.⁴¹ Neste caso, definitivamente, não há *nenhuma* relação de identidade entre mutualismo e interdependência. Pois, a despeito das tergiversações dos seus adeptos, o conceito de interdependência assimétrica pressupõe a perenidade do sistema interestatal apoiado no monopólio estatal do uso “legítimo” da força, recorrendo apenas ao aspecto *formal* de anarquia. Proudhon acreditava que o princípio do mutualismo se consubstanciaria apenas com a *institucionalização* generalizada da anarquia, isto é, a materialização *sempre tensa* de um ordenamento social dinâmico, radicalmente plural, centrado em unidades autogeridas e em contínua transformação, articuladas por um federalismo frouxo, orientado a tentar esvaziar continuamente o poder das *autoridades*.

Antes de desenvolver a crucial questão do esvaziamento do poder, é importante destacar o modo peculiar como Proudhon – e a maior parte dos anarquistas – concebe o federalismo. Trata-se de um *tipo de relação social* que não coincide com as propostas federalistas – e muito menos confederalistas – de cunho liberal, que *mitigam* mas preservam o poder central. Colin Ward deixa isto muito claro:

*Precisely because we are not concerned with recommending geographical isolation, anarchist thinkers have devoted a great deal of thought to the principle of federalism. Proudhon regarded it as the alpha and omega of his political and economic ideas. He was not thinking of a confederation of states or of a world federal government, but of a basic principle of human organization.*⁴²

Um princípio que deveria operar primordialmente a partir das relações sociais mais imediatas, de cunho local, onde os indivíduos se associam em comunas e pequenas fraternidades que operariam como pequenas células que,

(41) Neste caso, os “atores” *não* dependem um dos outros com a mesma intensidade. Os que possuem um potencial maior de autarquia entram com vantagem nas negociações: por isso a barganha é intensa. Desenvolvi este tema em “Política Internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo” Texto para Discussão n. 218 Campinas: IE/Unicamp (2013) p. 27-8.

(42) *Anarchy in Action*. London: Freedom Press, 1996 p.28. Consultar também a página 54.

por sua vez, quando possível e *desejável*,⁴³ poderiam estabelecer laços complexos e dinâmicos em grande escala. Trata-se, portanto, de uma concepção de associação e de luta que possui uma forma e uma dinâmica muito diferente das estruturas piramidais – e necessariamente coercitivas – que dominam os sistemas administrativos conhecidos. Apenas olhando desta perspectiva – bem diversa da visão liberal e das posturas *redistributivas* de certos coletivismos – é possível tratar como sinônimos mutualismo e federalismo.⁴⁴

Essa qualificação é importante pois, na realidade, o que Proudhon queria combater era a *concentração de poder*. Ou, mais precisamente, o *mito* de que é possível estabelecer e cristalizar o poder através de um centro. Para Proudhon é exatamente esta crença ilusória que fomenta os conflitos intermináveis: longe de tentar *abolir o Estado* pela transformação radical das práticas sociais no cotidiano (ou ao menos resistir à autoridade pela via da desobediência pacífica), os movimentos ditos revolucionários tendem a criar mecanismos burocráticos centralizados próprios, para substituir ou se apossar do aparato institucional a serviço do *status quo*. Nisto reside o âmago do problema. As insurreições, quando derrotadas, reforçam o autoritarismo das forças da ordem que, após a vitória, dificilmente irão abrir mão dos mecanismos de repressão reforçados durante a luta. Quando vitoriosos, os revolucionários rapidamente emulam os expedientes antigos, reconstruindo uma nova estrutura coercitiva, mas que reflete melhor a nova coalizão de forças. É exatamente *contra* esta forma de pensar e de agir que Proudhon opõe a *possibilidade* – não muito provável, ele mesmo tendia a admitir – de *recriar* uma ordem alternativa centrada em um ordenamento anárquico.

Por conta deste tipo de situação, Proudhon – assim como Bakunin e Kropotkin – era um crítico ferrenho de todas as formas de representação, na exata medida em que este princípio implica *transferir* o poder de um indivíduo ou grupo para outro, fato que cria hierarquias de comando que frequentemente se voltam contra os “representados”.⁴⁵ A crítica proudhoniana ao Estado é feita precisamente nestas bases: o aparelho estatal representa a forma mais desenvolvida do mecanismo de representação que, na realidade, opera pela diluição do poder da maioria em favor de minorias estrategicamente localizadas

(43) Proudhon afirma explicitamente que todas associações não devem ser obrigatórias: o “direito” à secessão deve ser garantido a todas as unidades.

(44) cf. Todd May *The Political Philosophy of Poststructuralist Anarchism* Pennsylvania: Pennsylvania U. Press, 1994 p. 57-8.

(45) Cf. *Ibid*, 47-9.

nas diversas interseções das redes de poder que constituem o Estado e demais aparelhos de dominação. O princípio básico do anarquismo envolve a distribuição *igualitária* do poder entre os indivíduos⁴⁶ (e suas associações voluntárias), mas que depende essencialmente da ação dos próprios indivíduos, que devem *impedir* a constituição de instituições baseadas na verticalização do poder.⁴⁷ Erodir o poder: essa era a fórmula de Proudhon para a construção de uma nova ordem fundada na *liberdade*.

Estas ideias estão sintetizadas em uma passagem, cujo última frase é bastante famosa:

*In the Republic, all citizens, by doing what they want and nothing more, directly participate in the legislation and the government as they participate in the production and circulation of wealth. Therefore, all citizens are kings because they all have complete power; they reign and govern. The Republic is a positive anarchy. It is neither liberty subject to order, as in the constitutional monarchy, nor liberty imprisoned in order, as the provisional government understands it, but liberty delivered from all its obstacles, superstition, prejudice, sophistry, speculation and authority; it is a reciprocal, not limited, liberty; it is the liberty that is the MOTHER, not the daughter, of the order.*⁴⁸

A verdadeira República a ser constituída deve ser composta por cidadãos que *possuem o poder completo* – e, portanto, não podem ser representados – e, desse modo, são os portadores e os agentes de uma ordem

(46) Esse é o ponto que *parte* dos anarcocapitalistas e milicianos gostam de destacar: que maneira melhor de evitar a concentração de poder do que possibilitar o acesso a armamentos para todos? Proudhon era de índole pacifista, mas esta derivação do seu raciocínio não é imprópria. Porém, de um modo geral, os anarcocapitalistas *não* são contrários ao princípio da representação, desde que ele não viole a clara demarcação da *esfera de responsabilidade* que, em última análise, recai sobre o indivíduo (e é por essa mesma via que, ao contrário de Proudhon, eles defendem os direitos de propriedade).

(47) Colin Ward expressa essa ideia – comum a Proudhon e Kropotkin (a sua principal influência) – de forma muito clara: “*All authoritarian institutions are organized as pyramids: the state, the private or public corporation, the army, the police, the church, the university, the hospital: they are all pyramidal structures with a small group of decision-makers at the top and a broad base of people whose decisions are made for them at the bottom. Anarchism does not demand the changing of the labels on the layers, it doesn't want different people on top, it wants us to clamber out from underneath. It advocates an extended network of individuals and groups, making their own decisions, controlling their own destiny*” (Anarchy in Action, op. cit., p. 26).

(48) Pierre-Joseph Proudhon “Solution of the Social Problem” in: Iain McKay (org.) *Property is Theft! A Pierre-Joseph Proudhon Anthology* Oakland & Edinburg: Ak Press, 2011. 280

fundada em um tipo novo de liberdade, apta a configurar uma *anarquia positiva*.

Curiosamente, a ideia de valorizar um ordenamento anárquico tem uma forte raiz conservadora, que se distancia radicalmente desta forma de pensar a institucionalização da anarquia. Embora sem empregar o termo, a aristocracia usou sistematicamente a defesa desta forma de organização *contra* o centralismo dos Príncipes do Renascimento e, muitas vezes, contra o Papa, percebendo ambos como ameaças às formas de vida cristalizadas com o passar dos anos nas várias localidades. Após a consolidação dos Estados Territoriais na Europa, este mesmo princípio passou a ser defendido pelos conservadores no que diz respeito ao ordenamento do sistema interestatal. Neste caso, Edmund Burke é, sem dúvida, o mais famoso e um dos mais influentes pensadores a fazê-lo.⁴⁹ Na visão de Burke, a tentativa de construir um império – além de derramar muito sangue e ter pouquíssima chance de sucesso – colocaria em xeque a liberdade e a diversidade das diversas comunidades, formadas gradualmente por um longo processo de sedimentação urdido pela tradição.⁵⁰ Mesmo que sujeito a guerras e tensões diplomáticas, o ordenamento internacional realizado por uma “sociedade” ou comunidade de potências seria melhor do que um Império para salvaguardar a estabilidade da vida social.

Mas, na prática, o que está em foco na abordagem conservadora não é a anarquia como princípio de organização *geral*, mas apenas a defesa da

(49) Como destaca Alex Pritchard: “*Those that have defended the virtues of anarchy can trace their intellectual heritage to nineteenth-century conservative political thought. For example, Fredrick Von Gentz and Edmund Burke, the arch critics of the French Revolution, both saw the international society formed by the Great Powers to be deeply structured around common religious and class practices, norms of etiquette and custom that were justly hierarchical and which served to embed the virtues of the old aristocratic order while ensuring that the respective zones of imperial influence were maintained. Both believed that the defence of the autonomy of the Prussian state or British Empire (respectively) demanded the defence of the European equilibrium and therefore of anarchy. Reacting against the revolutionary followers of Rousseau,*”(...) “*Burke and Von Gentz argued that the balance of power ensured the liberty of states against the tyranny of the emerging Napoleonic Empire and the threat of dissolution posed by the prospect of Europe breaking up into innumerable republics*” (Justice, Order and Anarchy, op. cit., p. 22).

(50) A rigor, o raciocínio não é diferente da crítica da aristocracia contra os abusos do Príncipe (ou da autoridade eclesiástica). O que diferencia Burke é que ele percebe a constituição da monarquia territorial como um processo já consolidado, isto é, *que já sobreviveu à prova do tempo*. Para ele a nova ameaça é o Império e as doutrinas *abstratas* que emanam da França revolucionária.

tradição, do equilíbrio de poder e da soberania estatal como o seu corolário ou suporte. E estes dois últimos elementos eram compatíveis com o pensamento liberal: o *free trade* era pensado nos enquadramentos de um sistema interestatal povoado por Estados formalmente soberanos, onde os liberais deveriam educar as elites e as massas sobre as virtudes do mercado como o melhor ordenador de recursos úteis e escassos e, deste modo, *libertar* as forças do progresso generalizado. A crítica radical ao Estado – e ao capitalismo – não fazia parte do *script* dos conservadores e dos liberais que, na prática, defendiam apenas o *aspecto formal* da anarquia do sistema interestatal, acoplada a uma defesa das virtudes de uma *sociedade comercial em harmonia* com o Estado.

É verdade que, desde o final do século XIX até o entre-guerras os “*New Liberals*” defendiam a difusão do federalismo e a criação de instituições interestatais e transnacionais destinadas a *mitigar* a anarquia do sistema internacional. Mas nenhum pensador de destaque chegou a defender a unificação do sistema político internacional por uma única autoridade e, alternativamente, a *dissolução* dos Estados territoriais. Logo depois da Guerra Fria a defesa da anarquia entre os “realistas” (sic.) e conservadores fica explícita. De um ponto de vista formal, Kenneth Waltz é a principal referência. O já citado *Man, The State and The War* (1959) consolidou um novo vocabulário no terreno da política mundial, coroado com a publicação do elegante *Theory of International Politics* (1979).⁵¹ Partindo de Durkheim, Waltz identifica apenas dois princípios ordenadores *possíveis*: o anárquico e o hierárquico. Nos sistemas hierárquicos o aspecto central é a *distribuição das funções*. Por oposição, os sistemas anárquicos são baseados em unidades *funcionalmente idênticas* que só variam nas *capacidades relativas*. Nesta tipologia, o sistema internacional é, evidentemente, *anárquico*. Logo, as suas unidades constituintes são *funcionalmente análogas* (o Estado “serve” essencialmente para sobreviver, isto é, preservar o monopólio do uso da força) e sujeitas ao equilíbrio de poder, um *mecanismo automático*, empiricamente constatável e totalmente *independente da vontade e da consciência das suas unidades*, exatamente como a lei da oferta e da procura narrada pelos manuais de microeconomia. Este modo de formular o problema é totalmente distinto da via tomada por Proudhon.

(51) Kenneth N. Waltz *Theory of International Politics* Long Grove, Waveland Press, 1979.

Por fim, resta discutir a defesa da anarquia posta em marcha pelos “neoliberais” e anarco-capitalistas. À primeira vista, o leitor de Hayek e boa parte dos libertários poderiam se sentir em casa frente aos fundamentos do pensamento proudhoniano. No plano formal, acredito que Proudhon não se oporia ao modo extremamente claro e elegante como Hayek opõe *Kosmos* e *Taxis* e, dentro desta oposição, o modo como ele privilegia o primeiro, enquanto *uma ordem espontânea*. Um segundo ponto de congruência parcial – que é mais incisivo no caso de Rothbard – diz respeito ao modo como Proudhon entende o estabelecimento dos “contratos” entre os indivíduos em uma sociedade genuinamente livre: acordos estabelecidos espontaneamente entre as partes contratantes que, a rigor, *não precisam da sanção do poder público*. É exatamente esta dimensão do pensamento de Proudhon que sofistas e sicofantas como Murray Rothbard e Robert Paul Wolff apreciam e, cada um a seu modo, defendem.

Mas não há acordo possível, mesmo neste caso. Nenhum leitor de Proudhon teria dificuldade de notar que ele critica *O Contrato Social* de Rousseau em termos muito próximos – mas não idênticos – à Benjamin Constant, autor lido e celebrado pelos anarco-capitalistas: no final das contas, ao insistir nas instituições políticas capazes de materializar a vontade geral, o tipo de liberdade proposto por Rousseau acabaria por aprisionar os indivíduos ao corpo coletivo, suprimindo a sua liberdade na esfera privada. Mas, por outro lado, Proudhon não concorda absolutamente com a concepção negativa de liberdade defendida por Constant e que, *mutatis mutandis*, a esmagadora maioria dos anarco-capitalistas tendem a defender. Um homem livre no sentido de Constant – que tem suas liberdades civis garantidas por um sistema legal universal – está sujeito a diversas outras formas de compulsão, tais como a privação de recursos e a espoliação econômica e, inclusive, compulsões *internas*, isto é, a incapacidade de realmente pensar de forma realmente independente.⁵² A proposta da maior parte dos libertários estadunidenses envolve basicamente confinar todo o conjunto da vida social à esfera privada, regulada pela concorrência como *princípio geral* de ordenamento das interações humanas. Nisto não há correspondência nenhuma com o pensamento de Proudhon.

(52) Trata-se, portanto, de uma noção radical de liberdade. Para Proudhon, um homem livre deve estar “liberado de toda forma interna e externa de coerção” Sobre este aspecto ver Allan Ritter “Proudhon and the Problem of Community” *The Review of Politics*, v. 29, n. 4, p. 468-9, 1967.

Por fim, resta ainda a questão da propriedade. Proudhon é aparentemente ambíguo: “a propriedade é um roubo” é a sua frase de efeito mais famosa. Mas em *Confessions d'un révolutionnaire* (1851) ele também diz que a “propriedade é liberdade”,⁵³ abrindo deste modo o flanco para os libertários de gabinete. Vamos começar com quem realmente vale a pena. Hayek é propositalmente ambíguo sobre o que ele entende por propriedade. Por vezes, seguindo Hume, ele tende a usar esta palavra como sinônimo de “estabilidade das posses”. Mas aí reside a artimanha. Estabilidade das posses é mais geral do que propriedade. Pois a propriedade além de garantir o uso do proprietário, *implica necessariamente que ninguém mais possa usá-la sem o expresso consentimento do seu titular*. A posse pode ser estável sem que ela seja convertida em propriedade. E, também, o mesmo pode ocorrer sem a necessidade da consolidação de um centro com a função de gerenciar o acesso aos bens (a via mais rápida e direta para tirania).

Rothbard *et caterva* simplesmente querem consolidar *o direito de propriedade* e, simultaneamente, abolir todo o sistema público de proteção social e de regulação *sem mexer na atual distribuição dos recursos*, fato que seguramente agravaria a situação dos muito pobres que, por qualquer motivo, não caíssem nas redes de filantropia dos ricos. A postura básica deste “anarquismo libertário” é muito simples: não mexa com a minha propriedade ou eu atiro. O ponto de partida é a retórica do pacifismo temperado pela violência condicional:

*The libertarian creed rests upon one central axiom: that no man or group of men may aggress against the person or property of anyone else. This may be called the ‘nonaggression axiom.’ ‘Aggression’ is defined as the initiation of the use or threat of physical violence against the person or property of anyone else. Aggression is therefore synonymous with invasion.*⁵⁴

O primeiro elemento sofisma aparece: há uma homologia entre a pessoa e a sua propriedade. Agressão significa invadir esse espaço de “liberdade”

(53) “In *The System of Economic Contradictions*, having recalled and confirmed the initial formula, I added another quite contrary one rooted in considerations of quite another order – a formula that could neither destroy the first proposition nor be demolished by it: Property is freedom. Property is theft; Property is freedom: those two propositions are equally demonstrable and co-exist, one alongside the other, within the System of Economic Contradictions.” In Daniel Guérin (org) *No God, No Masters: an anthology of anarchism* Oakland: Ak Press, 2005 p. 55

(54) Murray N. Rothbard *For a New Liberty: the libertarian manifest* 2o ed. Auburn: Von Mises Institute, 2006 p. 27.

essencialmente individual. A guerra é *ilegítima* por ser conduzida pelo Estado: “*And since war, especially modern war, entails the mass slaughter of civilians, the libertarian regards such conflicts as mass murder and therefore totally illegitimate.*” Isto nos leva para o desfecho do sofisma, onde o incauto corre o risco de cair na arapuca:

On the other hand, since the libertarian also opposes invasion of the rights of private property, this also means that he just as emphatically opposes government interference with property rights or with the free-market economy through controls, regulations, subsidies, or prohibitions. For if every individual has the right to his own property without having to suffer aggressive depredation, then he also has the right to give away his property (bequest and inheritance) and to exchange it for the property of others (free contract and the free market economy) without interference. The libertarian favors the right to unrestricted private property and free exchange; hence, a system of ‘laissez-faire capitalism.’⁵⁵

É difícil identificar o mutualismo com um sistema de “propriedade privada sem restrições” pensado nestes termos que, na realidade, são muito gerais e dizem muito pouco.

De qualquer modo, o alicerce fundamental do pensamento de Proudhon é a tese de que a anarquia é o elemento *constituente* das formas de vida social e, portanto, dada esta situação primordial, não há nenhum telos, nenhuma finalidade intrínseca à vida social.⁵⁶ O interessante é que, a princípio, este postulado não é muito diferente do de Rousseau, Hobbes, dos libertários e também da perspectiva evolucionária, tomada em seu grau máximo de generalidade. Mas Proudhon tira implicações distintas. A mais importante: o formato anárquico do sistema internacional *não* deve tentar ser superado, mas deve ser encarado como uma forma de organização que deve ser expandida –

(55) Ibid, p. 27-8.

(56) Pritchard sintetiza muito bem este aspecto: “*Proudhon’s social theory seeks to defend the basic proposition that there is no grand telos to history. Rather, social order is immanent to history, it is therefore contingent and complex, exhibiting no grand telos or transcendent principle. Justice is therefore a sociological rather than rational or transcendent category. But, as I will also show, while it is immanent to society, justice is also, for Proudhon (but contra Comte), immanent to individuality. The conflictual dialectic between the free individual and the structures of society, their relationality, reality and historical character, is thus central to an account of justice. But for Proudhon, there is no transcendence*” (Justice, Order..., op. cit., p. 92).

com as devidas transformações – para *todos os demais domínios da vida social*. Para quem crê, seguindo Waltz, que o que distingue a esfera internacional da nacional é o princípio ordenador, Proudhon propõe apagar esta diferença *em favor da anarquia*, demolindo o Estado, a propriedade e todos os demais privilégios que os sistemas hierárquicos cristalizam e exacerbam.

Mas exatamente neste ponto surge uma polêmica gigantesca, que divide radicalmente os anarquistas e os estudiosos da obra de Proudhon. Em *La Guerre et la Paix*, encontramos o argumento de que a guerra forja as sociedades: foi esse fenômeno que tendeu a constituir as primeiras hierarquias, cuja matéria prima é a violência e a sistemática *destruição* das formas autônomas de vida social.⁵⁷ Porém, qualquer análise minimamente cuidadosa do livro irá mostrar que Proudhon confere um sentido muito amplo ao fenômeno da Guerra, bem diferente da posição de Rousseau, por exemplo. Alex Prithchard destaca isto com clareza:

*Like those who had preceded him, Proudhon argued that understanding war was of supreme importance in understanding the moral character of a society. But war was only a surface manifestation of a far deeper social conflict, one that stretched all the way down to the very fabric of our cosmological existence. It was for this reason that the formal definition of war as that waged between states was unhelpful. It presupposed and closed down our analysis of force. In order to understand war we need to see it less as sui generis and more as a macro manifestation of the exercise of force in general, and to see war as a sociological category.*⁵⁸

À primeira vista, seria possível estender à Proudhon o mesmo tipo de crítica feita à Hobbes. Mas a situação é diferente. Hobbes chama de “guerra” tanto a violência entre indivíduos quanto o conflito entre Estados para, na sequência, afirmar que sob a presença de um poder central a violência é mitigada. Proudhon vai por outro caminho. O estudo da guerra é importante pois ela *explica* a cristalização dos sistemas morais e as noções de justiça. Mas a guerra tem *causas* muito mais profundas e, ao contrário do que pensa Hobbes,

(57) Cf. P-J. Proudhon *La Guerre et la Paix: recherches sur le principe et la constitution du droit des gens*, v. I. Paris: Librairie Internationale, 1869. Cap. 6.

(58) *Justice, Order...*, op. cit., p. 118 (grifo meu).

a constituição do Estado *agrava* a violência. Exatamente neste ponto a sua visão coincide com a de Rousseau.⁵⁹

Mas, exatamente para poder fundamentar o raciocínio acima exposto e criticar sem concessões o Estado, Proudhon percorreu uma trilha polêmica. Ele afirma categoricamente que *a força* é um elemento da *natureza* e, ao mesmo tempo, ela opera como uma espécie de *matriz primordial* da ação social, incidindo simultaneamente sobre os indivíduos e sobre os agrupamentos sociais.⁶⁰ Exatamente isso a guerra pode e deve ser compreendida como a manifestação de *forças* muito mais profundas, que brotam da própria matriz da sociedade. E ele afirma em diversas ocasiões que todo sistema moral e toda noção de justiça tem como base a força. Mas nenhum destes sistemas é estático. Os sistemas de justiça mudam pois eles refletem uma correlação de forças específica que só consegue ficar estável por um certo período de tempo. Novas reconfigurações detonam conflitos sociais intensos que produzem novas constelações de poder. Portanto, embora uma determinada configuração dê origem à outra, ao contrário de certas visões marxistas impregnadas de hegelianismo, a transição para o “novo” *não* está inscrita integralmente no “sistema” anterior. Portanto, *sempre haverá poder e conflito*.

(59) Infelizmente não é possível aprofundar a intrigante e complexa relação entre Rousseau e Proudhon. Há uma intensa polêmica sobre este assunto. Argumenta-se com frequência que Proudhon foi um grande herdeiro de Rousseau no século XIX. Existem diversos argumentos neste sentido, mas dois tipos são os mais frequentes: i) tal como Rousseau, Proudhon foi um dos poucos pensadores de destaque a propor uma reestruturação realmente radical da percepção e da organização da sociedade (e quem usa esse argumento para dizer que ele foi o *principal* geralmente acha que o marxismo é um *prolongamento* do iluminismo); ii) pelo fato de romper com a metafísica e a religião *sem cair no enaltecimento da razão* como o fator central na transformação qualitativa da sociedade. Porém, é também comum argumentar o contrário: Proudhon foi um detrator de Rousseau tão veemente e incisivo quanto, por exemplo, Benjamin Constant. O problema persiste quanto levamos em conta a imagem contraditória que Proudhon tinha de Rousseau. Os ataques depreciativos são pesados: é um defensor de uma nova forma de despotismo, um charlatão, vagabundo, hipócrita, ingrato, impuro, “possuidor de um espírito afeminado”. Mas, também, em outros momentos, Rousseau é retratado por Proudhon como um “dialético admirável”, um grande “apóstolo da liberdade e da igualdade”, um grande inovador, etc. cf. Aaron Noland “Proudhon and Rousseau” *Journal of the History of Ideas*, v. 28, n. 1, p. 35-6, 1967.

(60) Ou, de forma alternativa: são as relações de força – o conflito – que garantem o dinamismo tanto da vida na natureza quanto na vida dita “social”. Esta suposta identidade entre a dimensão social e a “natural” passou a ser sistematicamente criticada no século XX, especialmente depois da consolidação da sociologia e da antropologia como disciplinas acadêmicas.

Exatamente neste ponto começa a polêmica. Para algumas correntes anarquistas (claramente minoritárias), por conta disto, todo e qualquer método violento pode ser utilizado para derrubar o Estado e as demais instituições hierárquicas, onde o assassinato de lideranças é o exemplo mais eloquente. Mas há outra forma de encarar esta posição. Força não é necessariamente guerra e violência. A *resistência* contra uma ordem opressiva é, também, uma relação de força, nos termos de Proudhon: lutar para reduzir ao máximo a autoridade é o objetivo e a via do anarquismo. E tentar se opor a um Estado assentado na guerra de base industrial usando outra força organizada do mesmo modo é uma forma de derrota: ao vencer, os “justos” simplesmente irão impor a sua noção de justiça e de ordem sobre os derrotados, voltando ao ponto de partida.⁶¹ Parte da confusão deriva do modo extremamente elástico como Proudhon define *força*. É perfeitamente legítimo dizer que, a rigor, para ele, *tudo é força*: as “partes” só fazem sentido em suas tensas relações. Não existe o “ser” enquanto uma essência ou uma realidade transcendental, mas apenas tensas relações em um processo contínuo de choque, deterioração e reconstituição. Por isso a anarquia é entendida como um princípio primordial que, para o bem e para o mal, *sempre* deixa aberto o horizonte de possibilidades. Por isto a sociedade é, a rigor, *ingovernável*, e toda tentativa de estabilização definitiva é uma *utopia* de raiz religiosa (como se sabe, ele qualificava muitos socialistas como adoradores de uma religião secular.). O que Proudhon propõe é *um eterno combate* contra as hierarquias e diversos regimes de dominação.⁶²

Friedrich Engels

Friedrich Engels sempre mostrou um profundo interesse pela história militar. E, por conta disto, adquiriu ao longo dos anos um conhecimento técnico muito apurado sobre o assunto. Conhecia minuciosamente as táticas de artilharia, cavalaria⁶³ e infantaria, bem como as características técnicas e operacionais dos principais armamentos de sua época (desde as armas de porte pessoal – em particular, os fuzis – aos complexos navios à vapor).⁶⁴ Parte deste saber veio de sua experiência pessoal como militar, quando serviu como

(61) cf. P.-J. Proudhon *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century*. New York: Haskell House, 1960 p. 14

(62) cf. *ibid*, p. 135.

(63) Um conhecimento que não era apenas teórico: Engels tinha a reputação de ser um excelente cavaleiro.

(64) Cf, Michael A. Boden *First Red Clausewitz: Friedrich Engels and the early socialist military theory*. New York & Nashville: United States Military Academy & Vanderbilt University, 1997 [Ed. Original: 1948] Capítulo 3.

voluntário em um Regimento de Artilharia em Berlin (1842).⁶⁵ Mas, ao que tudo indica, o seu interesse sobre a necessidade de se pensar a guerra de uma perspectiva revolucionária ocorreu *depois* de sua experiência nas insurreições de 1848-49, onde lutou como oficial ao lado de Johan August Ernst von Willich.⁶⁶ Foi após esta data que ele passou a escrever com mais rigor sobre o tema, movido por uma motivação inicial muito clara: entender as razões *táticas* da derrota do levante revolucionário. Logo, o seu interesse pelo assunto não decorre de um diletantismo desinteressado e, muito menos, por preocupações de cunho acadêmico. Engels se debruçou com afinco sobre o problema do militarismo e sua relação com a dinâmica mais geral da sociedade exatamente por ter enfrentado o problema prático de ter que lutar contra um exército regular e bem treinado contando com forças revolucionárias irregulares, heterogêneas e, em grande medida, improvisadas.⁶⁷

A produção de Engels sob o tema é ampla e, de certo modo, variada. É muito comum apontar *A Guerra Camponesa na Alemanha* (publicado pela primeira vez em 1850, na Nova Gazeta Renana) como o seu primeiro estudo mais rigoroso dedicado ao assunto. Esse juízo não é incorreto. No entanto, nesta obra, a guerra e o militarismo *per se* não consistem no tema central da análise. Mas o livro todo gira em torno de uma curiosa comparação entre o levante camponês de 1525 e a revolução de 1848-49. Mais precisamente, Engels enfatiza como “as traições de classe” comprometeram os dois movimentos.⁶⁸ Do ponto de vista da história e da técnica militar, o livro tem interesse por dois

(65) Engels não teve muito sucesso como recruta. Como se sabe, aparentemente por conta de seus conhecimentos militares, ele recebeu o apelido de “O General”. Boa parte da bibliografia contemporânea faz essa associação. Mas o apelido pode ter sido fruto de uma atitude jocosa. Jenny, a filha de Marx, gostava de provocá-lo chamando-o de General quando, ao servir, ele sequer conseguiu progredir ao posto de cabo cf. João Roberto Martins Filho “Engels & Marx: guerra e revolução” *Crítica Marxista* 22 (2006) p. 159

(66) cf. Martin Kitchen “Friedrich Engel’s theory of War” *Military Affairs*, v. 41, n. 3, p. 119, 1977.

(67) Para entender as dificuldades operacionais e táticas da Guarda Popular que conduziu a revolução ver Jonathan Sperber *Rineland Radicals: the democratic movement and the revolutions of 1848-9*. Nova Jersey: Princeton U. Press, 1993. p. 421 e segs.

(68) Isso aparece, de forma bombástica, logo no final do segundo parágrafo do livro: “Three centuries have passed and many a thing has changed; still the Peasant War is not so impossibly far removed from our present struggle, and the opponents who have to be fought are still essentially the same. We shall see the classes and fractions of classes which everywhere betrayed 1848 and 1849 in the role of traitors, though on a lower level of development, already in 1525. In any case, it is no credit to the modern insurrection that the robust vandalism of the Peasant War was seen only here and there in the movement of the past few years – at Odenwald, in the Black Forest, and in Silesia.” *The Peasant War in Germany* in: *Karl Marx & Friedrich Engels Collected Works (1849-1851)*, v. 10. London: Lawrence & Wizar, 1978. p. 399.

motivos: i) as descrições das batalhas mais importantes da insurreição camponesa, concatenadas às fricções entre as classes e frações de classe; ii) o argumento de que, além das traições, tal como ocorrera em 1848-9, a falta de treinamento militar por parte dos insurretos e a *falta de conhecimento* sobre as táticas militares por parte de Thomas Münzer foi um dos fatores que contribuiu para a derrota da insurreição. Mas este tema é marginal no livro e tende a ser destacado e exacerbado apenas por quem interesse na temática do militarismo.⁶⁹

Por conta disto, para os propósitos deste estudo, é mais interessante partir da breve análise de um estudo redigido em abril de 1851,⁷⁰ que ficou conhecido pelo título “*Conditions and Prospects of a War of the Holly Alliance Against France in 1852*”, onde o tema do militarismo está no centro da análise. No texto Engels explicita as condições e, essencialmente, as implicações *militares* deflagradas pela Revolução Francesa. Embora derrotado, o Jacobinismo promoveu duas transformações decisivas: foi o primeiro levante popular que desembocou em uma guerra genuinamente de massas e, por conta disso, exigiu transformações táticas importantes que forçosamente tiveram que ser replicadas pelos outros Estados. Quanto às condições, Engels é incisivo:

*The modern warfare is the necessary product of the French Revolution. Its precondition is the social and political emancipation of the bourgeoisie and small peasants. The bourgeoisie provides the money, the small peasants supply the soldiers. The emancipation of both classes from feudal and guild fetters is required in order to provide the colossal armies of the present day; and the degree of wealth and education connected with this stage of social development is equally required in order to provide the material in the way of weapons, munitions, provisions, and so on, necessary for modern armies, and in order to provide the required number of trained officers and to give the soldier himself the required degree of intelligence.*⁷¹

(69) Para Engels, o problema de Münzer era de outra natureza: “The worst thing that can befall the leader of an extreme party is to be compelled to assume power at a time when the movement is not yet ripe for the domination of the class he represents and for the measures this domination implies. What he *can* do depends not on his will but on the degree of antagonism between the various classes, and on the level of development of the material means of existence, of the conditions of production and commerce upon which the degree of intensity of the class contradictions always reposes.” Ibid, p. 469-70.

(70) O texto não foi redigido com a intenção de ser publicado. No caso, Engels estava especulando sobre as implicações militares de uma eventual insurreição parisiense. Foi publicado pela primeira vez apenas em 1914, na revista *Die Neue Zeit*.

(71) “Conditions and Prospects of a War of the Holly Alliance Against France in 1852” in: *Karl Marx & Friedrich Engels Collected Works (1849-1851)*, v. 10, op. cit., p. 550.

E, para Engels, foi Napoleão quem realmente desenvolveu e consolidou o “sistema moderno de Guerra”:

Furthermore, as far as the modern art of war is concerned, it has been completely developed by Napoleon. Until certain conditions come into effect, which we shall deal with below, there remains no other course than to imitate Napoleon as far as conditions allow. This modern art of war, however, is universally known.⁷²

E a peculiaridade desta nova forma de guerra deriva do vínculo entre a mobilidade e o grande volume de recursos necessariamente envolvidos na campanha militar:

I deal with the modern system of war as fully developed by Napoleon. Its two pivots are: the mass character of means of attack in men, horses and guns, and the mobility of these means of attack. Mobility is the essential consequence of massiveness. Modern armies cannot, like the small armies of the Seven Years' War, march to and fro for months on an area of twenty miles. They cannot bring in their train stores containing their total food requirements. They must swoop down on a region like a swarm of locusts, ravage all its food supplies within reach of the cavalry, and must depart when everything has been devoured.⁷³

A chave, portanto, é a capacidade de se mover à frente do apoio logístico, em marcha rápida, conquistando novas posições e utilizando os recursos ali presentes para abastecer as tropas. Trata-se, portanto, de um tipo de guerra que utiliza regularmente a pilhagem como tática e, deste modo, elimina a distinção entre alvos civis e militares.⁷⁴

(72) Ibid, p. 547. E, ao longo do texto, Engels faz interessantes ponderações sobre o modo peculiar como os diversos exércitos adaptam às suas características *sociais* desta nova “arte de Guerra”.

(73) Ibid, p. 550.

(74) Em um livro muito influente, David G. Chandler destaca esta peculiaridade: “French armies on the march were famed for one particular characteristic besides pillage, rape and arson: their speed of movement. The far more cumbersome forces of Austria and the Holy Roman Empire never proved a match for their opponents in this respect. One reason for this lay in widely differing concepts of logistical support. Through necessity, the French lived off the countryside “for the most part, “making war pay for war,” but this at least freed them from the encumbrance of slow-moving supply convoys and a strategy based on the existence of prestocked arsenals and depots. They never carried more than three days’ supplies. The Austrians, on the other hand, habitually marched with nine days’ full rations in wagons.” *The Campaigns of Napoleon*. New York: Scribner, 1966 (ebook).

Um aspecto importante, ressaltado por Engels neste texto e em várias outras ocasiões, é que a exigência de utilizar exércitos mais numerosos tendeu a forjar um novo tipo de combatente: o soldado-cidadão.⁷⁵ Esta necessidade se impôs pela primeira vez na França em agosto de 1793, com o objetivo de tentar repelir as tropas da primeira coalizão que pressionavam a república por terra e por mar, configurando um dos primeiros exemplos de uma Guerra Total.⁷⁶ Reorganizar as forças armadas neste novo molde não era uma tarefa fácil, dadas as múltiplas reações que isto despertava, em um arco que ia desde alguns quadros da aristocracia às camadas camponesas mais humildes (que eram uma das principais fontes de soldados) que, por sua vez, reagiam desertando ou criando motins.⁷⁷ No entanto, a despeito destas dificuldades, esta nova forma de recrutamento acabou vigorando e se impôs a praticamente todas as potências europeias do século XIX.

(75) É bastante famosa a observação aguda de Clausewitz sobre o impacto desta transformação. Sempre destacando a *imprevisibilidade* que é inerente à Guerra, que deriva também da dificuldade em avaliar corretamente as forças do oponente, ele comenta o erro de percepção da coalizão Austro-Prussiana, que acreditava enfrentar um inimigo com menos recursos: “*This was the state of affairs at the outbreak of the French Revolution. Austria and Prussia tried to meet this with the diplomatic type of war that we have described. They soon discovered its inadequacy. Looking at the situation in this conventional manner, people at first expected to have to deal only with a seriously weakened French Army; but in 1793 a force appeared that beggared all imagination. Suddenly war again became the business of the people—a people of thirty millions, all of whom considered themselves to be citizens. We need not study in detail the circumstances that accompanied this tremendous development; we need only note the effects that are pertinent to our discussion. The people became a participant in war; instead of governments and armies as heretofore, the full weight of the nation was thrown into the balance. The resources and efforts now available for use surpassed all conventional limits; nothing now impeded the vigour with which war could be waged, and consequently the opponents of France faced the utmost peril.*” (*On War*, op. cit., p. 237-8).

(76) “*The levee en masse introduced military conscription into the new French Republic. Under its terms ‘the French People’ [tous les Français] were placed at the disposal of the armed forces. Young men were to serve in battle, while married men, women, children, and the elderly were to provide various kinds of economic, logistical, and moral support. At a stroke, the levée replaced former theories and regulations concerning the obligation of military service with a universal concept far more encompassing in its moral claims, and in its coercive implications, than any that had prevailed under the Old Regime. That such a measure should have been the work of a revolutionary republic made it all more startling*” (Daniel Moran, “Introduction: The Legend of the *Levée en masse*” in: Daniel Moran & Arthur Wladron (Org.). *The People in Arms: military myth and National Mobilization since the French Revolution* Cambridge: Cambridge U. Press, 2003. p. 1).

(77) cf. Alan Forrest *Conscripts and Deserters: the Army and the French Society during the Revolution and Empire*. New York & Oxford: Oxford U. Press, 1989, cap. 1.

Embora não muito originais, estes pontos destacados por Engels são extremamente relevantes. Mas o aspecto que realmente singulariza a sua abordagem é a preocupação constante com as implicações destas novas formas de guerra para a luta revolucionária. Tal como ocorrera na derrota de 1849, as forças revolucionárias provavelmente serão menos numerosas e terão armamentos inferiores aos das forças da ordem. Portanto, o exército revolucionário precisa aprender a agir rápido, explorar ao máximo a dimensão estratégica e, essencialmente, dominar a técnicas de batalha mais avançadas para conseguir neutralizar as vantagens numéricas do inimigo e, deste modo, *manter a iniciativa a qualquer custo*. Este aspecto é importante: uma guerra revolucionária precisa ser ofensiva e, neste caso, a velocidade é uma característica fundamental. Do contrário, só restam as técnicas de guerrilha que, embora eficazes em uma guerra assimétrica, não podem consolidar uma revolução. Este ponto será retomado com mais detalhes logo à frente.

Um segundo momento importante na elaboração do pensamento militar de Engels ocorreu durante a eclosão da Guerra da Criméia, período onde ele escreveu vigorosamente sobre a dimensão tática e técnica do assunto. Mas a sua preocupação central era muito clara: o impacto desse conflito nas diversas sociedades europeias e, principalmente, como a intensificação da rivalidade internacional poderia impactar as forças revolucionárias da Europa. Em termos mais diretos: Engels estava preocupado com o nexos entre Guerra e Revolução tanto no plano mais formal – isto é, o modo como as táticas e estratégias militares se mesclavam com a dinâmica da sociedade – quanto no plano concreto: dentre os possíveis resultados da guerra, quais seriam os mais propícios ao movimento revolucionário.

Dada a importância deste aspecto, é necessário fazer uma breve digressão. O caráter violento e ácido com que Engels (e Marx) se referiam à Rússia deriva da sua preocupação com o papel deste país *do ponto de vista da revolução*: sobretudo depois da derrota de 1848, ambos percebiam o Czar como uma liderança natural das forças conservadoras que tentavam preservar o *status quo* e, se possível, fazer regredir os avanços populares postos em marcha desde a Revolução Francesa. Esta percepção – e o linguajar utilizado pela dupla – cristalizou uma arraigada – e de certo modo injusta – percepção de que ambos eram “russofóbicos”. Como salientam Hal Draper e E. Haberkern existem pelo menos dois problemas neste tipo de juízo. O primeiro é que a maior parte dos textos publicados sobre o assunto foram publicados sob encomenda no republicano *New York Daily Tribune* com alterações (os artigos geralmente

eram escritos por Engels e assinados por Marx, que ficava com o dinheiro). Em muitos casos Charles Anderson Dana⁷⁸ editava as contribuições dos dois para torná-los “mais objetivos” (sic.). Logo,

Given these circumstances, it is obvious that Marx and Engels own views cannot be ascertained simply by quoting passages from the articles in NYDT and prefacing them with ‘as Marx “[and Engels]” ‘wrote’. In these articles what Marx” [Engels] “wrote cannot always be distinguished from what Charles Dana or an unknown copy editor wrote. The articles have to be supplemented by Marx and Engel’s correspondence. Even here, while the two could freely state their views in private letters as they often could not do in the NYDT, those views were not expressed in rounded or detailed form and points of agreement were often assumed rather than stated.⁷⁹

No entanto, o segundo ponto é muito mais importante. Na realidade, para ambos, a questão fundamental era outra. Marx e Engels acreditavam que o eventual controle russo sobre a Turquia fortaleceria demais a sua posição

(78) Charles Dana era uma figura bastante peculiar. Publicou diversas coletâneas de poesia, editava a famosa *The New American Cyclopaedia* (na qual Marx e Engels contribuíram com diversos verbetes) e escreveu diversos livros sobre a Guerra Civil. Mas o fato mais curioso é que ele era um admirador confesso de Proudhon, e se esforçava para não só enfrentar a torrente difamatória contra o controverso francês, como chegou a escrever um livro – na verdade, uma compilação de artigos de jornal – retomando a crítica de Proudhon ao sistema de crédito e defendendo a sua proposta de criar um banco genuinamente popular, centrado na colaboração espontânea dos trabalhadores. Cf. *Proudhon and His “Bank of the People”*. New York: Benjamin Tucker Publisher, 1896. O subtítulo do livro já revela o tom da obra: “A Defense of the Great French Anarchist, Showing the Evils of a Specie Currency, and That Interest on Capital Can and Ought to be Abolished by a System of Free and Mutual Banking”. E, logo nas primeiras páginas do capítulo inicial: “The daily journals of Paris and London, with few exceptions, have learned to sing the same song. Any one of them stands ready to affirm that Proudhon is an atheist and a madman, a Communist burning plunder the wealthy, the living incarnation of immorality, disorder, and folly. *These things are, of course, repeated on this side of the water, and silly editors, who never read a book of Proudhon’s and know no more of his character than they do of his ideas, take their cue from European brethren and make themselves ridiculous by talking at second or third hand what was little else than a mixture of ignorance and spite at first. We humbly protest against such a mode of deciding upon the merits of a man who, whatever be his faults as a thinker, must be admitted, on a more careful observation, to possess a remarkable degree of originality and vigor of mind as well as of honesty and moral courage. We propose, as briefly as possible (...) to explain the leading points of his philosophical and economical system.*” (p. 2-3). O livro é realmente muito interessante, e conta com um elogioso prefácio do próprio Benjamin Tucker.

(79) Hal Draper & E. Haberkem *Karl Marx Theory of Revolution: War and Revolution*, v. 5. Nova Delhi: Aakar, 2011, p. 80.

estratégica na Europa, fato que seria extremamente negativo para os trabalhadores e as demais forças progressistas. Por outro lado, uma derrota do Czar poderia gerar uma revolução na Rússia e, até mesmo na Turquia, fato que poderia deflagrar uma onda revolucionária que poderia atingir o coração do continente europeu. Mas isto não significava um apoio à coalização Franco-Britânica: ambos tinham claro que *todas* as potências envolvidas eram conservadoras e, sobretudo, sabiam do perigo que a escalada do conflito poderia representar. De forma bastante espirituosa, Engels costumava dizer que, dentre as forças em conflito, ele era partidário da *sexta potência*: a revolução.

Mas, a despeito disso, a polêmica sobre a “questão oriental” cristalizou *posteriormente* a percepção de que Engels era favorável à eclosão e à escalada de um conflito militar geral e que, portanto, o movimento internacional socialista dos trabalhadores não deveria apoiar as forças sociais ligadas ao pacifismo. Mas, como salientam Hal Draper e E. Haberkern, a despeito de inúmeras flutuações, é possível perceber uma *ruptura*⁸⁰ no pensamento de Engels (e de Marx) sobre a relação Guerra-Revolução. Desde seus primeiros escritos até a guerra Franco-Prussiana, tendo como referência central o jacobinismo, ele tendia a usar os termos guerra e revolução como sinônimos⁸¹ pois entendia os conflitos europeus como uma *oportunidade* para o desabrochar da revolução. Mas o cenário muda depois de 1870⁸² quando, pelos motivos que serão discutidos logo a frente, os Estados tiveram que recorrer mais frequentemente ao “nacionalismo chauvinista”. Por conta desta nova característica, Engels passou a endossar a tese que o militarismo ameaçava a unidade do movimento dos trabalhadores e que, portanto, um conflito militar de grandes proporções deveria ser combatido, pois poderia comprometer a luta

(80) Essa palavra me parece forte demais. Em primeiro lugar, entender – e defender – a revolução como *um tipo peculiar* de guerra é bem diferente de ser partidário da guerra e o militarismo *tout court*. E, além disto, Engels só se posicionava com relação a conflitos efetivos em curso ou potenciais, tendo como critério o seu efeito potencial sobre o movimento revolucionário. Mas, depois de 1870, Engels tende a defender a tese de que um conflito militar generalizado na Europa seria contrário aos interesses dos trabalhadores.

(81) cf. *ibid*, p. 19.

(82) cf. *ibid*, p. 17-8; 159-166, Ver também Michael Boden *The First Red Clausewitz...*, op. cit., cap. 7.

pelo socialismo.⁸³ Desde então, até o final da sua vida, Engels tendeu a defender o pacifismo como uma das principais bandeiras dos trabalhadores.⁸⁴

Podemos agora voltar ao tema central. Durante a Guerra da Criméia, um dos estudos mais interessantes de Engels ficou conhecido como “The Armies of Europe”, um conjunto de 3 artigos publicados originalmente entre agosto e dezembro de 1855 na revista *Putnam’s Monthly*⁸⁵. Nestes textos Engels apresenta uma análise fina e minuciosa da peculiaridade dos diversos exércitos da Europa.⁸⁶ No conjunto, os artigos possuem algumas derrapadas eurocêntricas,⁸⁷ mas, mesmo assim, o ponto alto do estudo é o modo fino como ele trata a passagem da dimensão estrutural – a tendência à *homogeneização* das forças armadas depois da Grande Indústria – para a conjuntural: as *diferenças* nacionais que singularizam cada um dos exércitos⁸⁸ e, portanto, asseguram a *imprevisibilidade* da guerra.

(83) Essa mudança na percepção do nexos entre Guerra e Revolução não é contraditória com a tese engelsiana – que será abordada logo à frente – de que a expansão do sufrágio e da conscrição poderia preparar o caminho da revolução. Se a guerra poderia piorar o quadro do ponto de vista da classe trabalhadora como um todo, veremos que, sobretudo a partir de *Anti-Düring*, um *motim* poderia abrir caminho para a revolução: algo que Engels expressava como “a destruição do militarismo *a partir de dentro*.”

(84) Rosa Luxemburgo, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial, tendia a caracterizar desse modo o pensamento de Engels. Cf. “*The Junius Pamphlet: the crisis in the German social democracy*” in: Mary-Alice Waters (Org.). *Rosa Luxemburg speaks*. New York: Pathfinder, 1986, p. 269-70, 304-14.

(85) Os três textos podem ser encontrados em *Karl Marx & Friedrich Engels collected Works (1855-6)*, v. 14. London: Lawrence and Wisart, 1980, p. 403-47. Os textos não são totalmente originais. Na realidade, nestes três artigos, Engels articulou e desenvolveu um vasto material que ele já havia publicado entre 1844 e 45. Toda a produção dele sobre o assunto pode ser encontrada no livro citado e no volume 13 da mesma coleção.

(86) Ele descreve minuciosamente a natureza da cadeia de comando, os sistemas de treinamento e de reforço da disciplina, o tipo de combinação entre infantaria, cavalaria e artilharia (bem como as subdivisões dentro de cada um desses ramos), o modo como os oficiais são educados, além de reflexões sobre a tática e a estratégia predominante em cada um dos exércitos.

(87) Por exemplo: “*Thus we see, at once, what an advantage, in a military sense, a higher development of civilization gives to a country over its less advanced neighbors. As an example, we may mention that the Russian army, though distinguished by many soldier-like qualities of the first order, has never been able to establish a superiority over any army of civilized Europe. At even chances, the Russians would fight desperately; but up to the present war, at least, they were sure to be beat, whether their opponents were French, Prussians, Poles, or English.*” (The Armies of Europe. In: *Karl Marx & Friedrich Engels collected Works (1855-6)*, v. 14, op. cit. p. 405-6.

(88) cf. Martin Kitchen. *Engels Theory...* op. cit., p. 119.

Outra referência central é a o controverso livro *Anti-Düring* (1877-8).⁸⁹ Como se sabe, esta obra é ancorada no primado quase absoluto do desenvolvimento das forças produtivas na determinação da dinâmica social. E, por conta disto, é repleto de pitadas de um determinismo econômico infantil.⁹⁰ Mas, mesmo levando em conta esta tendência, neste livro, ao propor uma espécie de “dialética do militarismo”, Engels dá um passo significativo na caracterização do militarismo típico das sociedades industriais: existe uma contradição fundamental entre o caráter elitista e conservador dos oficiais – que reflete a “velha” organização das forças armadas no entorno do Príncipe – e a necessidade moderna de se criar e organizar exércitos volumosos, cujo recrutamento envolve necessariamente as massas. No seu julgamento é exatamente esta tensão que ajuda a criar as bases para uma insurreição geral dos trabalhadores que, ao contrário do ocorrido em 1848-9, pode resultar na vitória definitiva do socialismo.

O argumento básico pode ser sintetizado do seguinte modo: o jacobinismo criou o primeiro exército de massas, mas a despeito de seu vigor e eficácia relativa, faltavam as forças produtivas da grande indústria. Um passo importante nesse sentido foi dado na Guerra Franco-Prussiana que, pela primeira vez, evidenciou a necessidade de se combinar uma infantaria volumosa armada com um novo tipo de fuzil a um sistema de transporte e comunicação moderno (ferrovias e telégrafo). Esta combinação alterou definitivamente a escala e a conduta dos conflitos militares. Porém, a necessidade de recrutar e armar os trabalhadores gerou duas consequências. A primeira delas é *defensiva*: ao receberem treinamento militar, a massa pode resistir de forma mais eficaz aos golpes de Estado dirigidos contra os interesses populares como, por exemplo, a resistência à generalização do sufrágio universal, a reação à luta pela consolidação e expansão dos direitos sociais, etc. A segunda, mais importante, é *ofensiva*: em uma situação revolucionária um exército popular coordenado e *disciplinado* pode tomar o poder de forma eficaz e duradoura, ultrapassando os limites da sociedade burguesa que, supostamente,

(89) Friedrich Engels. *Anti-Düring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

(90) Ávido para se contrapor à suposta determinação *política* que, a seu ver, estaria na base do sistema teórico construído por Eugen Düring, Engels exagera tanto na “determinação econômica” e na exploração estritamente econômica – por oposição à exploração pela violência direta dos outros modos de produção – que algumas passagens do livro beiram o ridículo. E isso caminha a par com uma tentativa bisonha de enxergar algum papel progressista na burguesia. Um exemplo conspícuo dessas trapalhadas aparece no trecho “Teoria do Poder”, especialmente entre as páginas 192 e 194.

ficaram evidentes em 1848-9. Em suma: neste novo tipo de exército, o choque entre o elitismo dos oficiais e os interesses dos trabalhadores, agora mais versados nas técnicas de combate, torna-se um estímulo adicional à uma insurreição socialista vitoriosa.

Para melhor caracterizar o seu raciocínio e as suas implicações para o tema em estudo, vamos partir de uma longa, mas importante citação, que será comentada passo a passo:

A Guerra Franco-Alemã gerou uma reviravolta de importância bem maior do que todas as anteriores. Em primeiro lugar, as armas foram tão aperfeiçoadas que não é mais possível que haja um novo progresso com algum efeito revolucionário. Quando se tem canhões que permitem acertar um batalhão assim que ele ingressa no seu raio de visão e rifles que fazem o mesmo tendo um homem individual como alvo, podendo ser carregado em menos tempo que se leva para mirar, todos os demais progressos no que se refere à guerra de campanha são mais ou menos indiferentes. Nesse aspecto, portanto, a era do desenvolvimento está essencialmente encerrada. Em segundo lugar, essa guerra obrigou todos os grandes Estados continentais a introduzir em seu território o sistema militar territorial prussiano intensificado e desse modo, a arcar com um ônus militar que necessariamente os levará a ruína em poucos anos.

Essas duas profecias foram um fracasso total. Mas, a despeito disso, há um ponto importante, que deve ser retido: a pressão pela incorporação de um sistema de guerra marcado pela articulação entre a infantaria – munida de fuzis modernos – e a artilharia, ambas apoiadas nas forças produtivas típicas da grande indústria. Isso posto, podemos prosseguir:

O exército é o fim principal do Estado, tornando-se um fim em si; a razão da existência dos povos é fornecer e alimentar soldados. O militarismo domina e engole a Europa. Porém, esse militarismo também carrega dentro de si o embrião do seu próprio declínio. A concorrência entre os Estados individuais obriga-os, por um lado, a investir mais dinheiro a cada ano no exército, na frota, na artilharia etc. (ou seja, a acelerar cada vez mais a bancarrota financeira) e, por outro lado, a levar mais e mais a sério o serviço militar universal, o que acaba familiarizando todo o povo com o uso das armas, capacitando-o, portanto, a impor, em certo momento, sua vontade aos déspotas militares no comando. E esse momento virá assim que a massa do povo – os trabalhadores rurais e urbanos, bem como os camponeses – *tiver* uma vontade. É nesse ponto que o exército dos príncipes se converte em um exército popular; a

máquina deixa de fazer o serviço, o militarismo naufraga na dialética do seu próprio desenvolvimento. O que a democracia burguesa de 1848 não conseguiu realizar, justamente por ter sido *burguesa* e não proletária, que foi dar às massas uma vontade cujo conteúdo correspondesse à sua condição de classe, isso o socialismo infalivelmente efetuará. E isso significará detonar o militarismo e, junto com ele, todos os exércitos permanentes *a partir de dentro*.⁹¹

O fatalismo messiânico contido no argumento, se descartado, torna possível realçar o ponto que é mais relevante que, como tentarei demonstrar, fica evidente no trecho “a partir de dentro”.

Mas, antes de desenvolver esse ponto, é necessário discutir mais alguns desdobramentos desta passagem. Em *Anti-Düring* Engels não explora uma outra possibilidade: exatamente por envolver o conjunto da sociedade, esse tipo novo de militarismo poderia, ao invés de ruir “a partir de dentro”, produzir uma carnificina geral, *jogando os trabalhadores uns contra os outros*, reforçando um nacionalismo xenofóbico que só favoreceria a burguesia e as forças conservadoras. Essa omissão está ligada visceralmente à afirmação veemente do caráter inexorável do socialismo. E isso não é fruto *apenas* das paixões e, muito menos, da ingenuidade. A motivação é tática. Como já foi adiantado, nesta altura, Engels já estava ciente de que qualquer conflito generalizado na Europa *seria contrário aos interesses dos socialistas*, podendo inclusive destruir as forças produtivas sob as quais a nova sociedade deveria repousar.⁹² Mas, como parecia iminente uma escalada dos conflitos militares, a retórica da inexorabilidade do socialismo tinha de ser afirmada a todo momento.

O segundo aspecto a ser destacado, que deriva também das implicações da passagem supracitada, é uma tomada de posição frente às forças revolucionárias. E a chave disto é a expressão “detonar o militarismo e, junto com ele, todos os exércitos permanentes *a partir de dentro*”. O alvo de Engels era algumas correntes anarquistas que, inspiradas na Suíça e nos EUA (Guerra Civil), utilizavam como método exclusivo as sabotagens e o uso de milícias empregando táticas de guerrilha.⁹³ Como já foi apontado, Engels era cético com relação à possibilidade de tomar o poder de forma duradoura *exclusivamente* nessas bases:

(91) Friedrich Engels. *Anti-Düring*, op. cit., p. 199-200.

(92) É bem provável que Kautsky tenha seguido este aspecto da obra de Engels ao pensar sobre o problema do “ultraimperialismo”.

(93) Cf. Martin Kitchen. *Engels Theory...*, op. cit., p. 122-3.

In his brochure The Role of Force, Engels argued that there were only two really important forces in politics, the organized power of the state in the army and the unorganized elementary power of the masses. Thus for the revolutionary struggle to be successful, the army had to be demoralized and the masses had to be organized and effectively led. Without a combination of these two factors there could be no hope for success. In a letter to Marx, he pointed out that disorganization and lack of discipline in the army is the precondition and also the result of every successful revolution. As it would take some time for the army to reorganize, the 'little war' was likely to play a very important role.⁹⁴

Logo, a guerrilha é uma tática importante, especialmente para desestabilizar as forças regulares, mas apenas um exército revolucionário organizado e bem treinado poderia fazer frente à uma infantaria equipada com fuzis de longo alcance e apoiada pela artilharia.⁹⁵ Logo, a conscrição universal – isto é, exércitos formados principalmente pelas camadas populares – seria a melhor forma de destruir de *dentro para fora* o militarismo, pois proporcionaria o treinamento militar necessário aos proletários, ao mesmo tempo que tornaria possível a proliferação de motins para desorganizar as forças da ordem.

Ao analisar diversos levantes revolucionários que fracassaram, Engels usou repetidas vezes o argumento de que a complementaridade entre as táticas de guerrilha e uma força revolucionária minimamente organizada é fundamental.

(94) Ibid, p. 122. O argumento de Martin Kitchen procede. Mas, a despeito do caráter aparentemente geral do título, em “The Role of the Force in History”, Engels centra a análise no problema alemão. A passagem a que Kitchen faz alusão deixa isso bem claro: “*The German bourgeoisie continued to labour under the familiar contradiction. On the one hand, it demanded exclusive political power for itself, i.e., for a ministry elected from among the liberal majority in the Chamber; and such a ministry would have had to wage a ten-year struggle against the old system represented by the crown before its new position of power was finally recognized; hence ten years of internal weakness. On the other hand, it demanded a revolutionary transformation of Germany, which could be effected only by force, that is, only by an actual dictatorship. At the same time, however, the bourgeoisie since 1848 had demonstrated again and again, at every decisive moment, that it did not possess even a trace of the energy needed to accomplish either of these demands, let alone both. In politics there are only two decisive powers: organized state power, the army, and the unorganized, elemental power of the popular masses. Since 1848, the bourgeoisie had forgotten how to appeal to the masses; it feared them even more than it did absolutism. The bourgeoisie by no means had the army at its disposal. But Bismarck had.*” (In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Collected Works*, v. 26 (Engels: 1882-1889). London: Lawrence & Wizarid, 1990, p. 479.

(95) Sobre esse aspecto, ver cf. Michael Boden. *The First Red Clausewitz...*, op. cit., cap. 6.

Um dos casos mais ilustrativos pode ser encontrado quando, com pesar, ele comenta a vitória austríaca sobre os “italianos” no Piemonte em 1849:

From the outset it was an enormous mistake of the Piedmontese that they opposed to the Austrians merely a regular army, that they wanted to wage an ordinary, bourgeois, genteel war against them. A nation that wants to conquer its independence cannot restrict itself to the ordinary methods of warfare. Mass uprising, revolutionary war, guerilla detachments everywhere – hat is the only means by which a small nation can overcome a large one, by which a less strong army can be put in a position to resist a stronger and better organized one.⁹⁶

Portanto, para poder ter sucesso, uma insurreição – seja uma revolução socialista ou um movimento de libertação nacional – deve conseguir combinar forças regulares com táticas de guerrilha. Embora Engels insista recorrentemente na questão da necessidade de liderança e disciplina, não fica claro *como* esta liderança deve se materializar. Os tiranos que o leram (e todos eles adoram o livro *Anti-Düring*), invariavelmente, usaram os seus argumentos para defender a instituição de um comando central opressivo e violento, infelizmente, um traço definidor das trágicas experiências pseudosocialistas do século XX.

Mas Engels é bastante ambíguo a esse respeito. É indubitável que ele defende vigorosamente a necessidade de inculcar alguma disciplina e treinamento para o combate no maior número possível de potenciais insurgentes. Mas isto não implica a construção de um comando central destinado a conduzir *todos* os aspectos da conduta da revolução. Parte do seu respeito por Napoleão deriva exatamente do fato dele ter reorganizado as forças armadas criando unidades de combate com mais independência e capacidade de decisão.⁹⁷ E, algo que não costuma ser destacado, Engels defende a necessidade de *iniciativa* por parte *do soldado* em uma guerra de mobilidade:

But this degree of mobility requires also a certain degree of education of the soldier, who in many cases must know how to look after himself. The considerable extension of patrol and foraging expeditions, outpost duties, etc., the greater activity demanded of every soldier, the more frequent recurrence of cases in which the soldier has to act on his own and has to rely on his own intellectual resources, and, finally, the great

(96) Friedrich Engels. The Defeat of the Piedmontese. In: *Karl Marx & Friedrich Engels collected works*, v. 9, 1849. London: Lawrence and Wisart, 1977, p. 171.

(97) Cf. Friedrich Engels. *Anti-Düring*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 197.

*importance of skirmish engagements in the fighting, the success of which depends on the intelligence, the coup d'oeil and the energy of each individual soldier - all this presupposes a greater degree of education of the non-commissioned officer and rank-and-file soldier than was the case under old Fritz.*⁹⁸

Não há espaço para entrar com os pormenores desta polêmica. Mas é importante este aspecto do problema. Afinal, Friedrich Engels é um pensador complexo e multifacetado.⁹⁹

Podemos agora concluir esta parte, reiterando e tirando as implicações da defesa da generalização da conscrição universal como uma política que o movimento internacional dos trabalhadores deveria defender. Em “The Prussian Military Question and the German Workers’ Party” (1865)¹⁰⁰, ao discutir a polêmica sobre a reforma do exército prussiano, Engels é bastante incisivo a esse respeito:

For its political activity to develop fully, the working class needs a far wider arena than is offered by the separate states of today's, fragmented Germany. Particularism will hamper the free movement of the

(98) *Conditions and prospects...*, op. cit., p. 551. E, logo na sequência, no mesmo parágrafo, a derrapada eurocêntrica: “A barbaric or semi-barbaric nation, however, is unable to offer a degree of education of the masses such that 500,000-600,000 men recruited at random could, on the one hand, become disciplined and trained to act like machines, and at the same time acquire or retain this coup d'oeil for small-scale warfare. The barbarians, e.g. the Cossacks, are by nature gifted with this coup d'oeil of the robber; but on the other hand, they are as much incapable of regular military duties as the Russian serf infantrymen, on the contrary, are proper skirmishing.”

(99) Ele afirma expressamente que o tipo de guerra que testemunhou *não era – e não poderia ser – o tipo de guerra que consumaria a revolução proletária*: “Like mobility, the mass character of means of attack is necessarily the result of a higher stage of civilization, and, in particular, the modern proportion of the armed mass to the total population is incompatible with any state of society inferior to that of the emancipated bourgeoisie. Hence modern warfare presupposes the emancipation of the bourgeois and peasants; it is the military expression of this emancipation. The emancipation of the proletariat, too, will have its particular military expression, it will give rise to a specific, new method of warfare. **Cela est clair.** It is even possible already to determine the kind of material basis this new warfare will have.” Ibid, p. 553. Logo, para ele, a questão da liderança *depende* das novas condições materiais que o próprio processo revolucionário iria criar. E, por fim: “But just as the mere conquest of political power by the present ill-defined French and German proletariat, which partly forms the tail-end of other classes, is a long way from the real emancipation of the proletariat, which consists in the abolition of all class con- traditions, so the initial warfare in the coming revolution is equally far removed from the warfare of the truly emancipated proletariat.” Ibid.

(100) In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Collected Works*, v. 20, 1864-68. London: Lawrence and Wisart, 1985.

*proletariat, but its existence will never be justified and will never merit serious consideration. The German proletariat will never have any truck with Imperial Constitutions, Prussian hegemonies, tripartite systems and the like, unless it be to sweep them away; it is indifferent to the question of how many soldiers the Prussian state needs in order to prolong its vegetable existence as a great power. Whether reorganization means some slight increase to the military burden or not, will make little difference to the working class as a **class**. On the other hand, it certainly cannot remain indifferent to the question of whether or not universal conscription is fully implemented. The more workers who are trained in the use of weapons the better. Universal conscription is the necessary and natural corollary of universal suffrage; it puts the voters in the position of being able to enforce their decisions gun in hand against any attempt at a **coup d'état**.”¹⁰¹*

E, logo na sequência, ele afirma que o único interesse da classe trabalhadora alemã é a implementação rigorosa de um sistema de conscrição universal.

Mesmo deixado de lado a questão da peculiaridade nacional,¹⁰² tal como aponta incisivamente Martin Kitchen, há um ponto de tensão neste argumento:

With the benefit of hindsight, we now know that Engel's optimism was misplaced. He seriously underestimated the power of established social formations over the individual and thus did not necessarily see that a “democratization” of intakes into the army did not necessarily mean the

(101) Ibid, p. 67. Outro aspecto interessante deste texto é o modo como Engels tenta estabelecer os vínculos entre as frações de classe e as divisões das forças armadas. Ao discutir sobre como os cavaleiros poderiam ser integrados de forma diferenciada e mais rapidamente às formas armadas, ele conclui: “*But in present conditions the cavalry will always be reactionary (think of the Baden dragoons in 1849), just as the artillery will always be liberal. That is in the nature of things. A few reenlisted soldiers more or less will make no difference. And cavalry is useless on the barricades anyway; and it is the barricades in the big cities, and especially the attitude of the infantry and artillery towards them, which nowadays decide the outcome of any coup d'état.*” (Ibid, p. 53-4).

(102) O problema é, neste panfleto, essencialmente, pensado de um ponto de vista germânico: “*As long as we have the French army on the one side, the Russian on the other and the possibility of a combined attack by both at the same time, we need troops who will not have to learn the fundamentals of the art of war when they first face the enemy. We therefore totally discount the fantastic notion of a militia army with as it were no term of service at all; for a country of 18 million inhabitants and very exposed frontiers, such an idea is impossible today, and even if circumstances were different, it would not be possible in this form*” (Ibid, p. 55).

*democratization of the army. In fact, bourgeois officers, even those from more or less liberal backgrounds, quickly adjusted to the feudalized ideology of the officer corps, and the men lost their individuality in the harshly disciplined mass armies. Part of the reason for this was that the reactionary generals of the Wilhelmine army shared Engel's views in this regard and were thus determined to counteract any democratic tendencies and to preserve the army as a reliable guardian of the established order.*¹⁰³

Logo, na prática, Engels estava confundindo a “democratização” do ingresso nas forças armadas com a democratização *das* forças armadas. No final das contas, foi o que ocorreu: os quadros militares da burguesia assimilaram rapidamente o *ethos* aristocrático dos seus pares oriundos da fidalguia, bem como a expansão do recrutamento nos vários Estados acelerou a fragmentação do movimento internacional dos trabalhadores e, de um modo geral, ajudou a fortalecer o *status quo* na Europa.

*

Com a proximidade do fim do século XIX a questão da Paz e da Guerra muda de eixo. A influência da interpretação de Hobbes e Rousseau ainda era nítida, mas o foco tendeu a se deslocar para um novo problema: o impacto que a industrialização e o nacionalismo exerceram na organização militar e na própria conduta da guerra. É frente a este cenário que se cunhou o termo “militarismo”, entendido como um tipo novo de rivalidade interestatal, mais aguda que as formas precedentes. As pressões de uma situação crítica – o gigantismo dos cartéis, o acirramento da disputa pela África e pela Ásia, a ameaça cada vez mais evidente de um conflito militar generalizado em meio à intensificação das tensões sociais na Europa – impunham a necessidade de se dar um passo além dos marcos do debate convencional, buscando estabelecer o *vínculo* entre esta nova forma de militarismo – já vislumbrada em muitos aspectos por Proudhon e Engels, como foi aqui apontado – com as transformações na organização da produção e na estrutura de classes. É este movimento que engendra o debate “clássico” sobre o imperialismo, travado intensamente na passagem do século XIX para o XX.

(103) “Engel’s Theory of War”, op. cit., p. 121-2.